

- 9.1 Política de comunicação
- 9.2 Política de gestão de continuidade de negócio
- 9.3 Política de gestão de pessoas
- 9.4 Política de gestão de riscos e controles internos
- 9.5 Política de governança de tecnologia da informação e comunicação
- 9.6 Política de gestão documental
- 9.7 Política de internacionalização
- 9.8 Política de Inovação
- 9.9 Política de sustentabilidade
- 9.10 Política de segurança da informação e comunicação
- 9.11 Política de transparência e de acesso à informação
- 9.12 Política Editorial

CAPÍTULO 9 - POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE GESTÃO

As políticas institucionais do IFS, apresentadas no capítulo 9, representam práticas de gestão transversais às políticas acadêmicas e/ou de gestão, que promovem um ambiente interno sustentável, essencial para o cumprimento da missão, visão, valores e objetivos organizacionais.

No seu contexto específico, essas políticas contribuem para o alcance dos objetivos definidos pela entidade em seu mapa estratégico, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) validados pelo IFS para o ciclo 2026-2031, bem como à arquitetura de macroprocessos e processos estabelecida na Cadeia de Valor Integrada (CVI).

As políticas de gestão destacadas na figura a seguir, estão fundamentadas em princípios, diretrizes e objetivos que as orientam, em elementos essenciais para a sistematização da estratégia institucional, e nos resultados esperados com sua implementação efetiva no médio prazo.



Figura x - Políticas Institucionais de Gestão
Fonte: IFS,2024.



9.1 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO (PCOM)

A Política de Comunicação do IFS é fundamentada nos pilares da comunicação institucional, que atende ao interesse público e se baseia nos princípios de transparência, impessoalidade, credibilidade, legalidade, ética, responsabilidade socioambiental e inclusão. Nesse contexto, destaca-se o compromisso com os interesses coletivos em detrimento dos individuais, promovendo ações voltadas ao bem comum. As divulgações institucionais — sejam elas referentes a ações, projetos, eventos ou campanhas — devem ter caráter educativo, informativo, impessoal ou de orientação social.

9.1.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Comunicação

A gestão integrada da comunicação considera além dos princípios da administração pública, os seguintes:

- **Heterogeneidade de pensamento:** todos serão ouvidos, independentemente das diferenças de ideias;
- **Cooperação integral:** concretizada com a participação de todos;
- **Sustentabilidade:** observará os impactos ao ambiente interno em suas operações;
- **Inteligibilidade:** seus procedimentos serão comunicados de modo a facilitar a compreensão;
- **Acessibilidade:** todos, independentemente de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, origem étnica, nacionalidade, deficiência ou qualquer outra característica pessoal, devem ser incluídos;
- **Planejamento:** as ações de gestão ocorrerão preferencialmente após planejamento, considerando também os riscos nele envolvidos;
- **Incentivo à formação continuada dos profissionais de comunicação:** alocação de recursos financeiros voltados à participação em cursos, eventos, congressos, etc., para os profissionais de comunicação do Instituto.

A Política de Comunicação tem como pressuposto fortalecer e consolidar a Comunicação Social do IFS, seguindo as seguintes diretrizes:

- Divulgação de informações institucionais de forma transparente, confiável, propositiva e de qualidade para a sociedade, estudantes, servidores, colaboradores, autoridades, formadores de opinião e demais públicos de interesse;
- Promoção da visibilidade do IFS no que diz respeito ao ensino, à pesquisa, à extensão, à inovação, às parcerias institucionais e à partilha de boas práticas de gestão e governança;
- Construção de fluxos comunicativos que permitam a participação social na construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade;
- Compromisso com as diversidades, minorias sociais, questões socioambientais, e o fortalecimento da democracia e cidadania;
- Desenvolvimento de produtos de comunicação que fortaleçam a imagem e a reputação institucional, de modo a prestar contas à sociedade, promover o acesso aos serviços e às informações de interesse público, e atender às premissas da ética e da transparência;
- Promoção do intercâmbio de experiências comunicacionais exitosas e inovadoras.

A estratégia de comunicação é integrada à cadeia de valor e visa à gestão unificada da comunicação institucional. Esse modelo alinha objetivo estratégico e de desenvolvimento sustentável ao objetivo geral da política de comunicação, permitindo o atendimento adequado e tempestivo das demandas de informação do público interno e externo. A Tabela abaixo destaca os principais objetivos que promovem a estratégia de gestão.

Macroprocessos CVI 1.4 - Gestão da comunicação institucional Processos 1.4.1 a 1.4.5 - planejar, desenvolver, gerenciar e monitorar a comunicação institucional	
Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais.
	ODS 04 - educação de qualidade / ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes PCOM - Promover a gestão integrada da comunicação institucional, para visibilizar a atuação eficaz do IFS perante seus públicos distintos, favorecendo uma visão global da instituição.

Tabela x - Objetivos da política de comunicação, integrados à estratégia institucional
Fonte: Elaboração própria.

9.1.2 Elementos essenciais à sistematização da comunicação institucional

- **Sinergia entre diversos públicos**

A comunicação do IFS deve ser diversificada, abrangendo desde estudantes e professores, até profissionais e parceiros da área tecnológica e científica e comunidade em geral. Na figura a seguir, destacam-se os diferentes públicos, destinatários da comunicação institucional.



Figura x - Públicos-alvo da comunicação institucional
Fonte: Adaptado da Política de Comunicação do IFS, 2024.

- **Gerenciamento de crise**

Situações de crise — sejam elas previstas, graduais ou abruptas — têm o potencial de afetar a credibilidade e romper a confiança do público, representando uma ameaça, incerteza ou urgência. Na comunicação, a crise é vista como uma ameaça à imagem institucional, que exige ações urgentes para mitigar ou sanar danos. No IFS, a gestão de crise envolve diferentes esferas institucionais, demandando ações planejadas, controladas, rápidas, eficazes e críveis.

- **Metodologias e ferramentas de gestão** - são instrumentos internos e externos para a gestão da comunicação no IFS.

São ferramentas que auxiliam à comunicação interna entre diferentes áreas: *fluxos de trabalho e diretrizes para solicitações* em áreas como jornalismo, relações públicas, audiovisual, entre outras, e para interação sistêmica com as assessorias; e *procedimentos formais*, os quais potencializam comunicação eficaz de prazos, processos de aprovação e critérios de priorização, e garantem, assim, a alocação eficiente dos recursos e a entrega oportuna e de qualidade das demandas.

Os *canais de comunicação* apresentados na figura abaixo, também são ferramentas que viabilizam a eficácia da estratégia de comunicação institucional, alcançando diferentes públicos, tanto interna e externamente.



Figura x - Canais de comunicação externos e internos
Fonte: Adaptado da Política de Comunicação do IFS (2024)

● Estruturas com responsabilidades e atribuições

O processo decisório aplicado às políticas de gestão, no nível de governança, ocorre em estruturas colegiadas, como conselhos, comitês e colégio de dirigentes, incluindo comitês que atuam no enfrentamento de crises instaladas ou potenciais. A comunicação pública, neste contexto, é formalizada e implementada com um Plano de Administração de Crises (PAC), exigindo um esforço integrado, rápido, controlado e eficaz.

A gestão e a supervisão sistêmica da comunicação institucional são centralizadas no Departamento de Comunicação e Eventos (Dcom), subordinado à Reitoria, e

estendidas às Assessorias de Comunicação Social e Eventos (Ascom), vinculadas ao DCOM e subordinadas ao gestor máximo dos *Campi*. A atualização dos conteúdos técnicos e específicos nos canais adequados é de responsabilidade dos setores que respondem pelas respectivas áreas.

9.1.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Em conformidade com os princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos, espera-se:

- Garantir que a comunicação institucional alcance efetivamente seus destinatários, ressoando de maneira significativa e contribuindo para o cumprimento das metas institucionais;
- Assegurar que a instituição permaneça transparente, responsiva e relevante em um ambiente de mídia dinâmico e em constante mudança;
- Garantir a manutenção e atualização de tecnologias relevantes para o trabalho de comunicação social.



9.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS (PGCN)

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (PGCN) do IFS, formalizada pela Deliberação CGIR/IFS nº 34, de 10 de fevereiro de 2023, tem como finalidade estabelecer diretrizes, papéis e responsabilidades, fornecendo a base para o entendimento, desenvolvimento, implementação e aprimoramento da continuidade de negócios no Instituto.

A implementação da PGCN contribui para a manutenção da confiança dos servidores, dos colaboradores e prestadores de serviços e da sociedade em geral, na capacidade de o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) responder de forma efetiva e eficaz as crises, interrupções ou desastres que impactem a continuidade de negócio no IFS.

9.2.1 Princípios, diretrizes e objetivos da PGCN

A gestão de continuidade de negócios é parte integrante do sistema de gestão de riscos da organização. A PGCN reforça os princípios estabelecidos para a gestão de riscos e controles internos, conforme indicados no subitem 9.4.1.

A principal diretriz da PGCN é estabelecer, implementar, manter e aprimorar a gestão de continuidade de negócios, com ênfase nos seguintes aspectos:

- Identificação e documentação das atividades, funções, serviços, produtos e parcerias do IFS, além de cadeias de suprimentos e relações com partes interessadas, considerando o impacto potencial de uma interrupção;
- Garantia de respeito às vítimas em caso de interrupções, preservando sua integridade física e moral;
- Identificação de ameaças internas e externas que possam comprometer os serviços educacionais;
- Análise do impacto no negócio, caso essas ameaças se concretizem;
- Garantia de que a instituição possa operar em níveis aceitáveis durante contingências, preservando a reputação e as atividades de alto valor agregado;
- Elaboração de documentos que orientem os esforços institucionais para mitigar a interrupção das atividades e proteger processos e recursos de falhas ou desastres;
- Implementação de controles internos com base em gestão de riscos, priorizando ações estratégicas de prevenção.

Como prática de gestão integrada a outras políticas e objetivos institucionais, a promoção dos objetivos específicos da gestão de continuidade expressos na tabela abaixo, busca garantir, no médio prazo, o alcance da missão e visão organizacionais.

Macroprocesso CVI 1.1 - Gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação.
Processos 1.1.1, 1.1.9 e 1.1.10 - planejar, gerenciar e monitorar a continuidade de negócio.

Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais.
	<p>ODS 04 - Educação de Qualidade / ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>PGCN</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a continuidade na prestação de serviços a comunidade, mantendo uma disponibilidade de no mínimo 95% da operação de serviços disponíveis por ano; - Identificar quais são os ativos de informação de maior criticidade na organização e implementar controles para reduzir o risco de parada nos processos críticos; - Adotar boas práticas de Continuidade de Negócios consagradas; - Capacitar, conscientizar e educar os atores envolvidos no SGCN sobre o tema Continuidade de Negócios.

Tabela x - Objetivos da PGCN integrados à estratégia institucional
Fonte: elaboração própria (2024).

9.2.2 Elementos essenciais à sistematização da gestão de continuidade de negócios

No ciclo 2026-2031, destacam-se os seguintes elementos essenciais à implementação da PGCN no IFS:

Liderança e comprometimento

A alta administração lidera e apoia a gestão de continuidade de negócios, adotando práticas como:

- Integração da continuidade de negócios nos processos organizacionais;
- Garantia de que a política e os objetivos sejam compatíveis com a estratégia institucional;
- Alocação de recursos necessários para identificar riscos e manter estratégias, planos de recuperação e resposta as crises;
- Comunicação da importância da gestão de continuidade de negócios a todos os envolvidos.

Papéis e responsabilidades em governança e gestão

As seguintes estruturas promovem a Continuidade de Negócios no IFS:

- **Conselho Superior (CS):** responsável pela supervisão superior da continuidade de negócios;
- **Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC):** supervisiona o SGCN e assessora o(a) Reitor(a);
- **Área de Continuidade de Negócios (PRODIN):** atua de forma sistêmica para operacionalizar a gestão;

- **Gestores de Continuidade de Negócios:** responsáveis pela continuidade em suas respectivas áreas de atuação;
- **Servidores e colaboradores:** executam a política no nível operacional.

Processo de gestão de continuidade de negócios

O processo de gestão de continuidade de negócios no IFS, inclui:

- Análise de impacto nos negócios;
- Definição de estratégias e soluções para atividades críticas;
- Desenvolvimento e implementação dos planos de continuidade;
- Execução de testes e exercícios periódicos para assegurar a funcionalidade dos planos;
- Revisão e aperfeiçoamento contínuo do processo.

Formalização do Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

O PCN orienta as equipes na resposta a interrupções e é composto por:

- Plano de Administração de Crises (PAC);
- Plano de Gerenciamento de Incidentes (PGI);
- Plano de Continuidade Operacional (PCO);
- Plano de Recuperação de Desastres (PRD);
- Plano de Teste e Validação (PTV).

9.2.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Com a implementação da PGCN, espera-se manter controles e recursos que garantam a continuidade das operações durante interrupções, com foco nas perspectivas apresentadas na Figura a seguir.



Figura x - Resultados esperados com a implementação da PGCN.
Fonte: adaptado da PGCN (2023)



9.3 POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS (PGP)

A Política de Gestão de Pessoas do IFS, estabelecida pela Instrução Normativa 01/2017, conforme Deliberação 12/2027 CD/IFS, está alinhada à legislação e normas federais aplicáveis às instituições federais de ensino, bem como às resoluções e deliberações internas: notas técnicas, notas informativas, instruções normativas e portarias.

9.3.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Gestão de Pessoas do IFS

A execução da política de gestão de pessoas baseia-se nos seguintes princípios fundamentais:

- a) Valorização dos servidores, considerando sua experiência, conhecimentos, habilidades e atitudes;
- b) Promoção da saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social, com foco no trabalho como um recurso fundamental para essa construção;
- c) Aperfeiçoamento contínuo das condições de trabalho, considerando aspectos ergonômicos e a experiência dos servidores;
- d) Promoção da cultura de valorização social do trabalho, fundamental para a dignidade humana e o desenvolvimento organizacional;
- e) Foco em resultados, visando eficiência, qualidade e efetividade dos serviços prestados à sociedade;
- f) Alinhamento do desenvolvimento profissional dos servidores aos objetivos estratégicos e valores do serviço público;
- g) Reconhecimento da necessidade de competências específicas e do aprendizado contínuo, individual e coletivo, vinculado à experiência de trabalho;
- h) Responsabilidade institucional pela identificação e promoção de ações de desenvolvimento de pessoas;
- i) Estímulo ao desenvolvimento de talentos, à criatividade e à inovação;
- j) Práticas de gestão pautadas por ética, cooperação, eficiência, eficácia, isonomia, transparência e respeito à diversidade;

- k) Fomento à gestão do conhecimento e ao desenvolvimento de competências, promovendo o compartilhamento de experiências;
- l) Respeito à diversidade e consideração das particularidades pessoais e contextuais nas avaliações e na alocação de recursos;
- m) Garantia de acessibilidade, removendo barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais para promover o amplo acesso de pessoas com deficiência;
- n) Gestão participativa, promovendo cooperação vertical, horizontal e transversal.

A implementação da Política de Gestão de Pessoas no IFS se organiza em quatro subáreas interligadas que representam diretrizes para o alcance dos objetivos institucionais:

Planejamento em Gestão de Pessoas

- Promover a participação efetiva de gestores e representantes dos servidores no planejamento e acompanhamento das ações estratégicas;
- Fomentar o desenvolvimento contínuo dos servidores ao longo de suas carreiras;
- Dimensionar, segmentar e avaliar a força de trabalho com base nas competências necessárias.

Seleção, ingresso e lotação de servidores

- Assegurar que os concursos públicos selecionem candidatos com as competências adequadas aos cargos, respeitando igualdade e acessibilidade;
- Definir formalmente o perfil profissional para cargos de liderança, priorizando o reconhecimento do mérito;
- Garantir acolhimento aos novos servidores, integrando-os ao ambiente organizacional do IFS.

Acompanhamento e desenvolvimento de servidores/as e gestores/as

- Utilizar a Gestão por Competências e promover ações de educação alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP);
- Reforçar a responsabilidade do gestor com a comunicação, cooperação e desenvolvimento de sua equipe;
- Promover a cultura da autoridade cooperativa, confiança, valorização da experiência e compromisso com a qualidade dos serviços.

Promoção de um ambiente de trabalho adequado e de qualidade de vida

- Realizar periodicamente pesquisas com servidores para identificar oportunidades de melhoria no ambiente de trabalho;
- Implementar ações contínuas de melhoria que contemplem os aspectos físicos, sociais, psicológicos e organizacionais;
- Promover a inclusão de pessoas com deficiência e ações de sustentabilidade voltadas ao público interno e aos beneficiários dos serviços institucionais;
- Zelar pelas condições de trabalho para potencializar a motivação, o comprometimento, a cooperação e a retenção de talentos;
- Valorizar a história institucional dos servidores, incentivando a participação ativa de aposentados nas atividades da organização.

Os objetivos da Política de Gestão de Pessoas, alinhados à gestão estratégica, estão apresentados na tabela abaixo.

Macroprocesso CVI 1.3 - Gestão da informação corporativa Processos 1.3.1 a 1.3.5: planejar a gestão da informação e documentação, gerenciar documentos, gerenciar segurança, gerenciar acesso, monitorar a gestão da informação corporativa.	
Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 4 e 16.
	ODS 04 - educação de qualidade / ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis/ ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes
	Objetivos específicos PGD <ul style="list-style-type: none"> - Cumprir a legislação arquivística, de acordo com a Constituição Federal, a legislação específica sobre arquivos e as normas internas do IFS; - Gerenciar documentos em todo o ciclo de vida: produção, uso, tramitação, avaliação, guarda e eliminação de documentos físicos e digitais; - Assegurar acesso à informação, garantindo a preservação, segurança e confiabilidade dos documentos. - Construir a memória institucional, preservando a história do IFS por meio da documentação histórica. - Otimizar custos da gestão documental, gerindo eficientemente os recursos financeiros destinados à gestão de documentos.

Tabela x - Objetivos da PGP integrados à estratégia institucional
Fonte: elaboração própria (2024).

9.3.2 Elementos essenciais à sistematização da prática de gestão de pessoas

As estruturas organizacionais envolvidas no processo decisório da gestão de pessoas no IFS são, em nível de governança, colegiados superiores e colegiados de apoio que atuam em temáticas correlatas. Em nível de gestão estratégica, a execução da política é de competência da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). Na figura a seguir, destacam-se as principais instâncias responsáveis pela política.



Figura x - Estruturas de governança e gestão de pessoas no IFS
Fonte: Progep (2024).

Em sua atuação, a PROGE é responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados à seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores. Cabe também à unidade gestora monitorar, identificar e disseminar melhores práticas acadêmicas e administrativas em Gestão de Pessoas no IFS, por meio de uma estrutura de gestão centralizada, estabelecida com a extinção das coordenadorias de gestão de pessoas nos *campi* (Portaria nº 404/2017).

A PGP do IFS é operacionalizada por meio de diversos instrumentos, tais como:

- Programas e projetos voltados à gestão de pessoas (<https://www.ifs.edu.br/novos-projetos-e-programas-em-gestao-de-pessoas.html>);
- Instruções normativas sobre as temáticas estruturantes da política;
- Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP);
- Plano Anual de Capacitação (PAC).

Entre os produtos oferecidos aos usuários da Política de Gestão de Pessoas, incluindo servidores e contratados temporários, estão:

- Promoção e realização de eventos para integrar, orientar e fortalecer o sentimento de pertencimento dos servidores ao IFS;

- Divulgação de cards e cartilhas orientativas sobre diversos temas relacionados à gestão de pessoas;
- Instruções normativas;
- Publicação de editais de processos seletivos e concursos públicos.

9.3.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Com base nos princípios, diretrizes e objetivos desta política de gestão, a PROGEP busca, por meio da execução de programas, projetos e ações, promover a integração e valorização dos (as) servidores (as) do Instituto. Isso visa fortalecer o sentimento de pertencimento à instituição e, ao mesmo tempo, criar condições para que os (as) servidores(as) desenvolvam seu trabalho de maneira eficiente. Além disso, pretende favorecer o desenvolvimento profissional, melhorar as relações interpessoais, promover a saúde e incentivar a cooperação, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do IFS.



A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFS (PGRC/IFS) foi formalizada pela Deliberação nº 23, de 18 de maio de 2022/CGIRC/IFS, com atualização conforme o Decreto nº 9.203/2017, incluindo a implementação do Sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFS (SGRCI).

A PGRC estabelece os princípios, objetivos, diretrizes, estruturas e responsabilidades para a gestão de riscos e controles internos, aplicáveis a planos, programas, projetos, ações e atividades relacionados aos processos de governança e gestão da entidade. Assim, integra os elementos que compõem o sistema de governança do IFS.

9.4.1 Princípios, diretrizes e objetivos da PGRC

Observar os princípios, as diretrizes e os objetivos estabelecidos para a prática de gestão de riscos e de controles internos é indispensável à adoção efetiva dessa norma.

Nas figuras a seguir são listados, respectivamente, os princípios e as diretrizes que norteiam a PGRC no IFS.

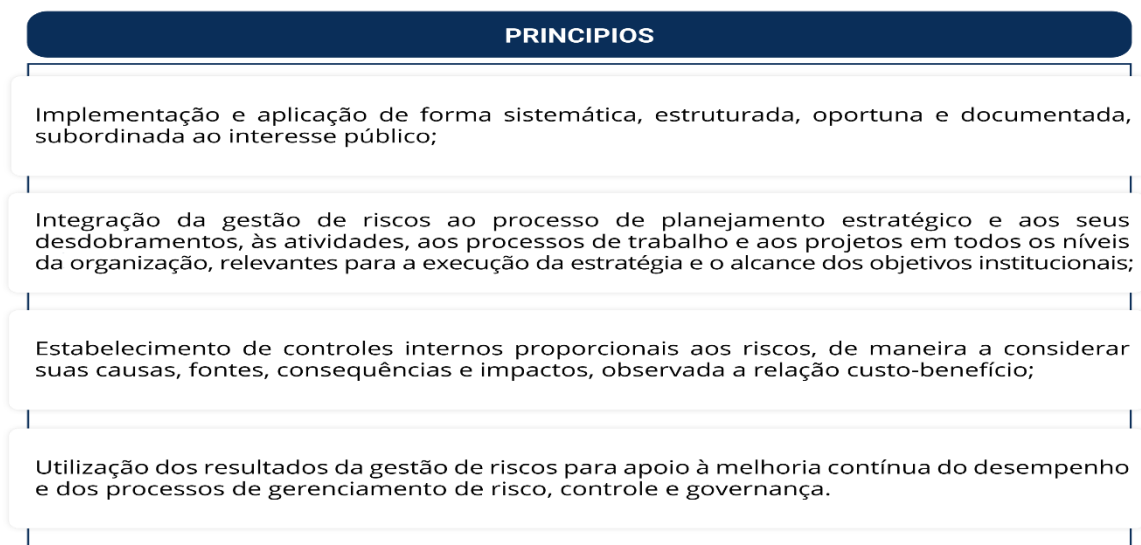


Figura x - Princípios norteadores da PGRC no IFS
Fonte: PGRC (2022)

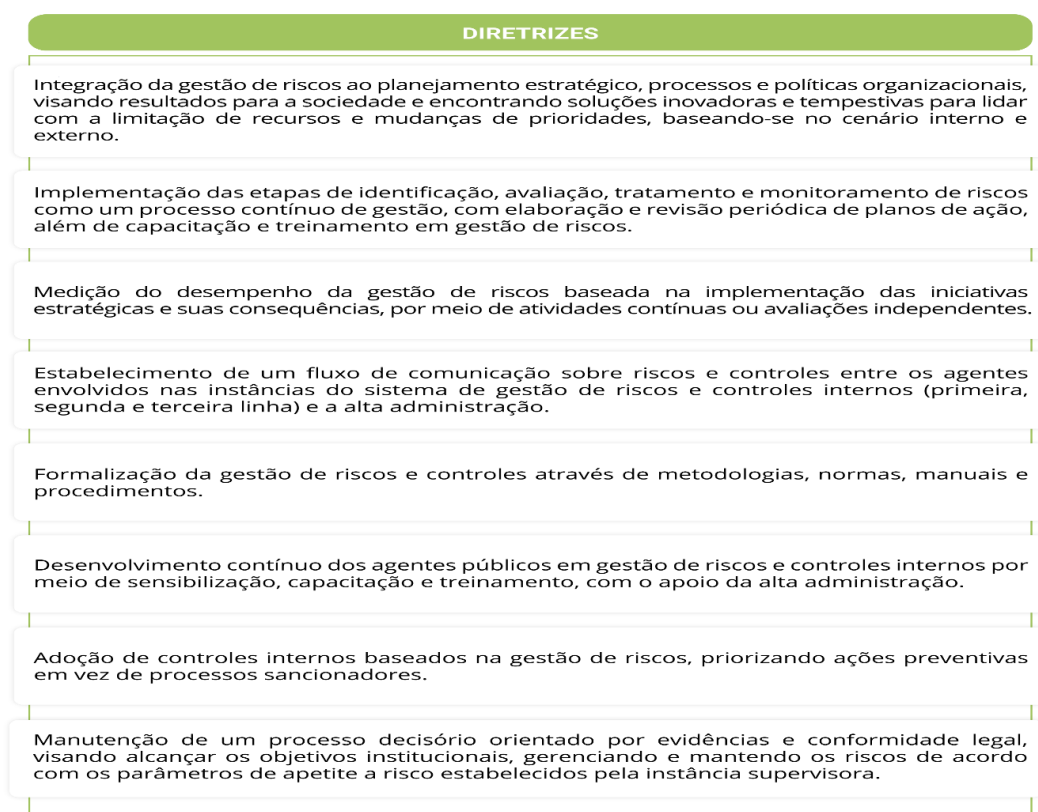


Figura x - Diretrizes norteadoras da PGRC no IFS
Fonte: PGRC (2022)

No contexto do planejamento estratégico 2026-2031, os objetivos específicos de gestão apresentados na Tabela abaixo devem estar alinhados à CVI, ao mapa

estratégico e aos ODS, garantindo sua integração e contribuição para os resultados planejados.

Macroprocesso CVI 1.1 - Gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação. Processos 1.1.1, 1.1.8 e 1.1.10 - planejar, gerenciar e monitorar a gestão de riscos e controles internos.	
Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 04 e 16.
	<p>PGRC</p> <p>Gestão de Riscos</p> <ul style="list-style-type: none">- Garantir que os responsáveis pela tomada de decisão tenham acesso rápido e suficiente às informações sobre os riscos enfrentados pelo Instituto;- Aumentar a probabilidade de alcançar os objetivos do IFS, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;- Agregar valor à atuação do Instituto melhorando os processos de tomada de decisão e tratando adequadamente os riscos e seus impactos negativos. <p>Controles Internos</p> <ul style="list-style-type: none">- Apoiar a missão, continuidade e sustentabilidade institucional, garantindo o atingimento dos objetivos estratégicos do IFS;- Promover eficiência, eficácia e efetividade operacional através da execução ordenada, ética e econômica das operações;- Assegurar que as informações produzidas sejam íntegras e confiáveis para a tomada de decisões, cumprimento de obrigações de transparência e prestação de contas;- Garantir conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos governamentais e da organização;- Proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

Tabela x - Objetivos da PGRC integrados à estratégia institucional
Fonte: elaboração própria (2024).

9.4.2 Elementos essenciais à sistematização da prática de gestão de riscos e controles internos

● Engajamento e comprometimento

O principal responsável pela adoção da prática é o (a) dirigente máximo (a) do IFS. No entanto, cabe à alta administração da entidade sistematizar o gerenciamento de riscos, incluindo o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos, visando à identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos.

A adoção da estratégia, numa perspectiva global, requer o reconhecimento da incerteza como parte inerente ao planejamento e à tomada de decisão, sendo que os

riscos podem interromper os processos de negócios, o que demanda a harmonização entre sistemas de gestão (Manoel, 2019), conforme expressa a figura abaixo.

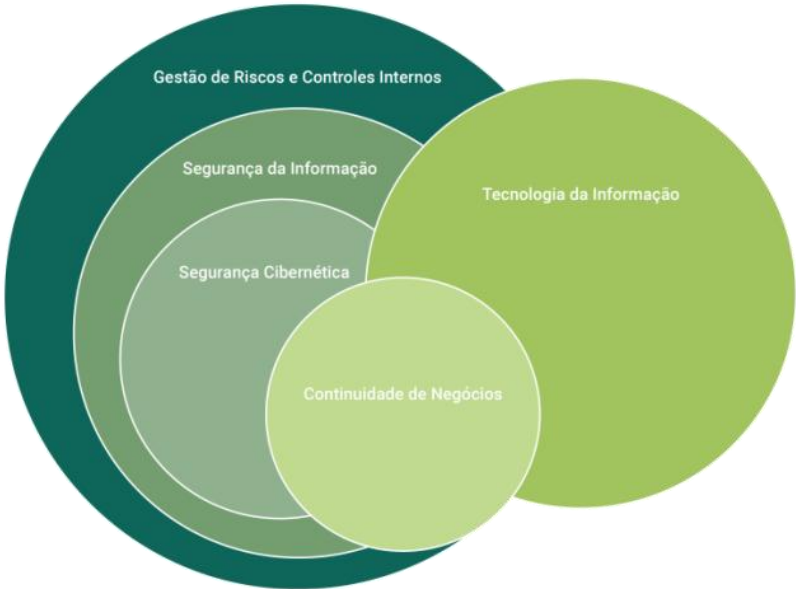


Figura x - Harmonização de sistema de gestão
Fonte: E-book Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (2019)

● Estruturas com responsabilidades e atribuições

A sistematização da prática envolve a definição de instâncias com atuação vinculada, que respondem em nível de governança e de gestão, como indicadas na figura.

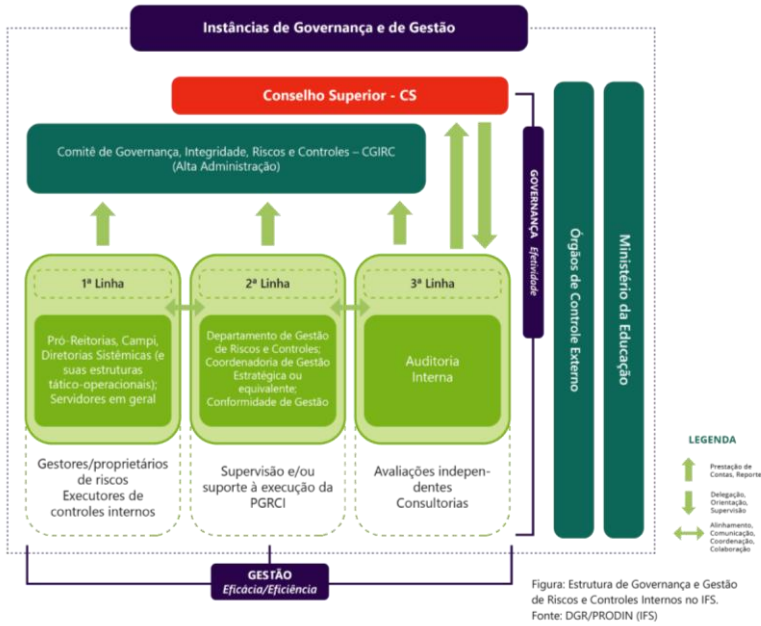


Figura x - estrutura de governança e gestão de riscos e controles internos no IFS.
Fonte: IFS (2022)

• Metodologias e ferramentas específicas

A gestão integrada de riscos e controles é operacionalizada por instrumentos específicos, que podem ser complementados conforme necessário. O processo utiliza ferramentas e técnicas para monitorar e aprimorar a gestão, como:

- Capacitação continuada;
- Vinculação da prática à arquitetura de processos da CVI;
- Declaração de apetite a riscos e níveis de exposição;
- Planos de aperfeiçoamento de governança e gestão;
- Manual de GRCI;
- Método de priorização de processos críticos;
- Programas e planos de gerenciamento de riscos;
- Planos de implementação de controles e comunicação da estratégia;
- Processo decisório baseado em evidências;
- Soluções tecnológicas.

• Processo sistemático

A execução do processo de gestão segue etapas integradas conforme definido na Deliberação nº 23/CGIRC/IFS/2022 e representadas na figura a seguir.



Figura x: Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos.
Fonte: PGRC (2022)

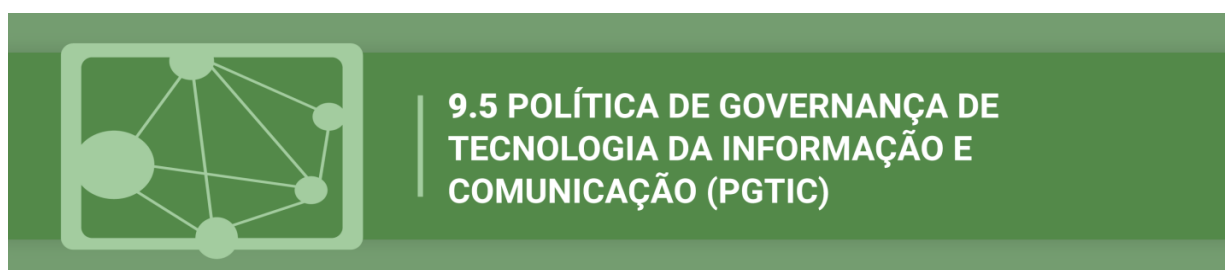
A execução do processo sistemático aperfeiçoa as práticas de governança e gestão de riscos e controles internos, produzindo entregas efetivas, como: gestores, servidores e colaboradores capacitados; limites aceitáveis de exposição aos riscos e níveis de tolerância estabelecidos e observados; processos críticos priorizados/mapas de riscos de processos críticos estabelecidos; retroalimentação e melhoria contínua do processo ao longo do tempo.

9.4.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

A efetiva implementação da PGRC agrega valor ao processo decisório, aprimora a tomada de decisão e produz resultados que potencializam oportunidades e otimizam recursos, contribuindo para a execução eficaz da estratégia institucional, conforme ilustrado na figura abaixo.



Figura x - Resultados esperados com a implementação da PGRC
Fonte: Adaptado da PGRC (2022)



A Política de Governança de TIC/IFS (PGTIC), instituída pela Deliberação Nº 63/CGTIC/IFS de 02/10/2017, define princípios, diretrizes e estrutura organizacional referentes a governança e gestão de TIC para a Instituição. Com a finalidade de

assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso da TIC com as estratégias de negócio do IFS, a PGTIC/IFS estabelece ainda seus objetivos específicos.

9.5.1 Princípios, diretrizes e objetivos da PGTIC

Na figura, são especificados os princípios norteadores da PGTIC/IFS.



Figura X - Princípios norteadores da PGTIC/IFS
Fonte: DTI,2024.

As diretrizes previstas na PGTIC/IFS, por sua vez, ratificam práticas de gestão de TIC segmentadas nos seguintes eixos temáticos:

Gestão da Estratégia de TIC:

- Compreender as políticas públicas, programas, projetos e processos de trabalho do IFS para identificar oportunidades alavancadas pelo uso de TIC;
- Coordenar centralmente as iniciativas para atender às necessidades de TIC;
- Formular estratégias e planos de TIC com objetivos de médio e longo prazo para alcançar os objetivos estratégicos;
- Elaborar indicadores e estabelecer metas para avaliar os objetivos com base nos benefícios esperados para o IFS;
- Garantir ampla participação de todas as unidades do IFS na formulação das estratégias e planos de TIC;

- Desenvolver continuamente competências multidisciplinares, técnicas e gerenciais para os servidores de TIC, incentivando certificações profissionais conforme necessário;
- Assegurar transparência na execução das estratégias e planos de TIC;
- Estabelecer critérios de priorização e alocação orçamentária para programas e projetos de TIC;
- Alinhar a proposta orçamentária anual com as estratégias e planos de TIC.

Provimento de Soluções de TIC:

- Conceber soluções que otimizem os processos do IFS, integrem soluções e reutilizem dados e componentes;
- Considerar requisitos não funcionais importantes, especialmente segurança da informação, disponibilidade, desempenho e usabilidade;
- Adotar arquitetura e padrões tecnológicos aprovados pela DTI, preferindo padrões de mercado e diretrizes de interoperabilidade do Governo Federal;
- Preservar os direitos de propriedade intelectual do IFS sobre soluções desenvolvidas para a instituição;
- Realizar testes necessários antes da implantação das soluções de TIC para assegurar seu funcionamento correto e conformidade com os requisitos;
- Definir, medir e revisar periodicamente acordos de níveis de serviço;
- Planejar e gerenciar o ambiente de TIC e processos operacionais para cumprir os níveis de serviço acordados;
- Identificar lacunas de conhecimento e desenvolver competências dos usuários antes e após a implantação de novas soluções de TIC;
- Seguir as práticas definidas no Processo de Software do IFS (PSW/IFS) para o provimento de soluções de TIC;
- Adotar a modalidade de provimento mais adequada para realizar as estratégias e alcançar os objetivos institucionais, com base em critérios definidos nos planos estratégicos de TIC ou normas internas;
- Promover uma abordagem centralizada para soluções corporativas e descentralizada para soluções departamentais.

Gestão de Serviços de TIC:

- Relacionar e formalizar os serviços de TIC no Catálogo de Serviços de TIC;
- Definir e revisar periodicamente os níveis de serviços de TIC;
- Mensurar e informar periodicamente o desempenho dos serviços de TIC ao CGTIC;
- Gerenciar os processos operacionais, infraestrutura e aplicações para cumprir os níveis de serviços;
- Centralizar a prestação de serviços de TIC na DTI e nas CTIs dos *Campi*.
- Racionalizar a utilização da informação, infraestrutura e aplicações necessárias para prestar os serviços de TIC;
- Integrar e assegurar a interoperabilidade dos processos, serviços, infraestrutura e aplicações;

Gestão de Aquisições de TIC:

- Realizar aquisições com justificativas válidas, baseadas em análise adequada, decisão clara e transparente, equilibrando benefícios, custos e riscos.
- Integrar e alinhar as aquisições de TIC às estratégias, planos e prioridades institucionais, considerando a alocação orçamentária necessária.
- Seguir Modelos, Diretrizes e Orientações para Contratação de Soluções de TIC do MGI/SGD;
- Planejar a aquisição de soluções completas, incluindo implantação, treinamento, suporte, operação e demais componentes necessários.
- Estabelecer nos contratos com fornecedores previsões de pagamentos baseados em resultados verificáveis e níveis mínimos de serviços.
- Preservar os direitos de propriedade intelectual do IFS sobre soluções desenvolvidas especificamente para a instituição.

Gestão de Riscos de TIC:

- Fomentar a cultura de gestão de riscos como essencial para implementar estratégias e planos de TI, tomar decisões e alcançar objetivos relacionados à TIC;
- Considerar o impacto dos riscos de TIC sobre outras organizações públicas e partes interessadas, consultando e compartilhando informações;

-Identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar continuamente os riscos de TIC mediante processos formalizados.

A PGTIC, como política institucional transversal, direciona seus objetivos para todos os macroprocessos da CVI, alinhando-se com o referencial estratégico (missão, visão e valores), os objetivos estratégicos, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pertinentes à entidade e a Estratégia de Governo Digital (EGD - 2024/2027). O alcance dos objetivos específicos impacta os ODS e a EGD ratificados pelo IFS, no ciclo 2026-2031.

Macroprocessos CVI 1.2,1.3, 3.7 - Gestão do planejamento e orçamento organizacional/Gestão da informação corporativa e gestão de tecnologia da informação. Processos correlatos - Desenvolver o planejamento Institucional / Monitorar a gestão do planejamento e orçamento organizacional / Gerenciar a segurança da informação e documentação / Gerenciar o acesso à informação e documentação / Planejar a gestão de tecnologia da informação / Gerenciar rede de comunicação de dados / Gerenciar serviços de TI / Desenvolver e gerenciar sistemas corporativos/Monitorar o desempenho de tecnologia da informação.	
Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 04 e 16.
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição/ODS 04 e 05.
	OE-PR5 - ampliar a oferta de soluções digitais de forma simplificada, inclusiva e de fácil acesso, melhorando a experiência dos usuários.
	Objetivos da EGD (A Estratégia de Governo Digital (EGD) norteia as ações de todos os órgãos federais, com o objetivo de transformar o governo pelo Digital, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão).
	PGTIC: Assegurar a integração das práticas de governança, de gestão e de uso da TIC com as estratégias de negócio a PGTIC/IFS observando: - Os princípios e as diretrizes para a governança, gestão e uso da TIC; - Os papéis e responsabilidades dos envolvidos nas tomadas de decisões sobre TIC; - As estruturas envolvidas na governança de TIC; - Os mecanismos de transparência e prestação de contas dos investimentos de recursos públicos aplicados em iniciativas de TIC; - As interfaces entre as funções de governança e gestão de TIC.

Tabela 5 - Objetivos da PGTIC integrados à estratégia institucional
Fonte: elaboração própria (2024).

9.5.2 Elementos essenciais à sistematização de práticas de governança e gestão de TIC

São essenciais à sistematização de práticas de TIC e incorporadas ao modelo de negócio do IFS: a integração entre os sistemas de governança, estruturas organizacionais de governança e gestão formalizadas, segregação de função e de responsabilidades em suporte ao processo decisório e instrumentos de operacionalização da política.

O Sistema de Governança de TIC (SGTIC), está alinhado ao Sistema de Governança Corporativa do IFS e tem como instância principal o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC, o qual exerce função de governança: direção, avaliação e monitoramento. Compõem a estrutura organizacional de Governança e Gestão da PGTIC:

- I - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC);
- II - Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI);
- III - Comitê de Planejamento de TIC;
- IV - Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e Coordenações de Tecnologia da Informação (CTI) dos Campi;
- V - Coordenação de Governança de TI (GovTI):
 - a) Escritório de Processos de TI (EprocTI) e b) Escritório de Projetos de TI (EprojTI);
- VI - Auditoria Interna (AUDINT).

Com base na estrutura organizacional, a distribuição dos direitos decisórios de TIC entre os comitês e estruturas organizacionais do IFS está expressa na Tabela abaixo.

Questões de TIC	CGTIC	CGSIC	CPLANTI	DTI	CTI's	Coordenações Sistêmicas de TIC	Todas unidades organizacionais do IFS	Unidade Gestora da Solução de TI
Princípios de TI (Política e Diretrizes)	A	A	R	R	C	C	I	I
Arquitetura de TIC	C	C	A	R	R	R	I	I
Infraestrutura de TIC	C	C	A	R	R	R	I	I
Necessidades de Negócio de Soluções de TIC	A	I	C	C	I	I	I	R
Investimento e Priorização de TIC	A	C	R	R	C	C	I	I

Legenda: R - Responsável A - Autoridade C - Consultado I - Informado

Tabela X - Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC.

Fonte: DTI (2023)

Para obedecer aos princípios e cumprir as diretrizes gerais da PGTIC, bem como contribuir para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, são formulados como instrumentos de operacionalização da política: planos, catálogos e afins, que objetivam nortear a execução de programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TIC.

Destacam-se:

- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC): de caráter plurianual, harmonizado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFS e a Estratégia de Governança Digital (EGD) da Administração Pública Federal;
 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) - de caráter, no mínimo, bianual com revisão anual, harmonizado com o PETIC;
 - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC - de caráter anual, harmonizado com o PDTIC;
- IV - Plano de Capacitação de TIC de caráter plurianual, harmonizado com o PDTIC;
- Catálogo de Programas e Projetos de TIC;
 - Catálogo Padrão de Softwares;
 - Catálogo de Sistemas; e
 - Catálogo de Serviços de TIC.



9.6 POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL (PGD)

A Resolução CS/IFS nº 160/2022 instituiu a Política de Gestão de Documentos do IFS, estabelecendo os princípios, diretrizes e normas que regem a gestão dos documentos produzidos, recebidos e arquivados no âmbito do Instituto. Essa prática de gestão visa garantir uma abordagem eficaz e responsável para lidar com documentos físicos e digitais, além de garantir a migração para processos digitais, contribuindo para uma produção mais sustentável e para a redução do consumo de recursos naturais e das emissões de carbono associadas à produção de papel.

9.6.1 Princípios, diretrizes e objetivos da PGD

São princípios alinhados às teorias gerais da gestão documental (GD) seguidos pelo IFS, os reproduzidos na figura 13, abaixo.

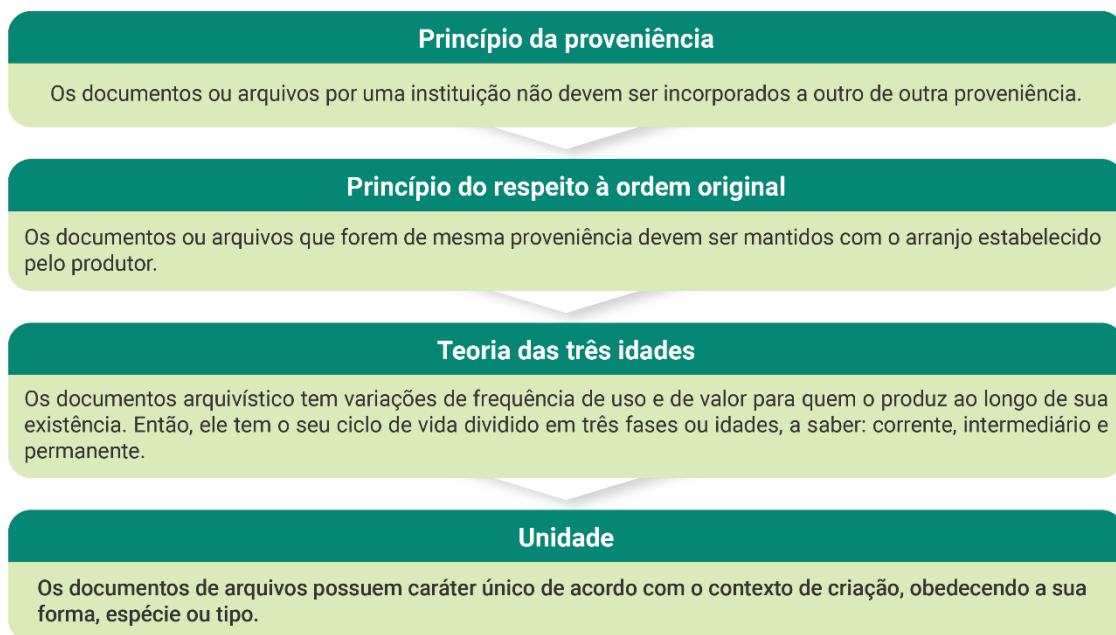


Figura x - Princípios da Gestão Documental no IFS
Fonte: IFS,2024

A gestão de documentos no IFS observa as seguintes **diretrizes**:

- Padronização dos procedimentos: criação de normas e procedimentos;
- Descentralização da gestão: delegação de competências para as unidades administrativas;
- Uso de tecnologias de informação: Utilização de ferramentas tecnológicas;
- Capacitação dos servidores: Promoção da capacitação dos servidores com foco na gestão documental;
- Preservação da memória institucional: Garantia da preservação da memória institucional.

A gestão documental está alinhada com objetivos organizacionais estabelecidos no mapa estratégico para o ciclo 2026-2031. Também está integrada a objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) ratificados pela instituição, e que fornecem base sólida para a gestão de documentos eficaz e responsável, garantindo a preservação e acesso adequados à informação ao longo do tempo.

ODS 4 - Educação de Qualidade	A gestão adequada de documentos contribui para garantir uma educação de qualidade ao facilitar o acesso à informação necessária para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, pesquisas e tomada de decisões.
ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	A gestão eficaz de documentos promove o uso responsável de recursos, reduzindo o desperdício de papel, espaço físico e energia associados à armazenagem e manuseio de documentos físicos.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Uma política de gestão de documentos robusta e transparente promove a transparência, prestação de contas e acesso à informação, elementos essenciais para fortalecer as instituições e promover a justiça.

Figura x - Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Gestão Documental do IFS
Fonte: CGPA, 2024.

A operacionalização da estratégia de gestão documental, portanto, potencializa o alcance de objetivos estratégicos e de desenvolvimento sustentável, fortalecendo a Cadeia de Valor Integrada do IFS, por meio da operacionalização de macroprocessos, processos e objetivos específicos definidos.

Macroprocesso CVI 1.3 - Gestão da informação corporativa Processos 1.3.1 a 1.3.5: planejar a gestão da informação e documentação, gerenciar documentos, gerenciar segurança, gerenciar acesso, monitorar a gestão da informação corporativa.	
Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 4 e 16.
	ODS 04 - educação de qualidade / ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis/ ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes
	Objetivos específicos PGD <ul style="list-style-type: none"> - Cumprir a legislação arquivística, de acordo com a Constituição Federal, a legislação específica sobre arquivos e as normas internas do IFS; - Gerenciar documentos em todo o ciclo de vida: produção, uso, tramitação, avaliação, guarda e eliminação de documentos físicos e digitais; - Assegurar acesso à informação, garantindo a preservação, segurança e confiabilidade dos documentos. - Construir a memória institucional, preservando a história do IFS por meio da documentação histórica. - Otimizar custos da gestão documental, gerindo eficientemente os recursos financeiros destinados à gestão de documentos.

Tabela x - Objetivos da PGD integrados à estratégia institucional
Fonte: Elaboração própria (2024).

9.6.2 Elementos essenciais à sistematização da gestão documental

- **Atuação de estrutura internas de gestão e de apoio à governança:**

Além de colegiados que aprovam documentos inerentes à gestão documental, atuam no ambiente interno com responsabilidades no contexto de implementação e de manutenção da política e do programa de gestão documental:

- **Estrutura de apoio à governança interna**

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Arquivos - fomento à autogestão com informações de desconformidades das ações relacionadas aos procedimentos arquivísticos; e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS)

- **Áreas de gestão**

- **Em nível estratégico** (equivalente à Alta Administração do órgão): a Reitoria, e as Direções-Gerais dos campi, inclusive por meio das Gerenciais de Administração, respectivamente; a Pró-reitoria de Administração (PROAD), por meio da Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo (CGPA); a Diretoria de Tecnologia da Informação-DTI; e o Departamento de Comunicação e Eventos - Dcom.

- **Em nível tático:** responsáveis por coordenar a gestão operacional relacionada à GD: Coordenadoria de Apoio Técnico (CATEC), Coordenadoria Documentos Arquivísticos Digitais (CADIG) e CAHISM;

- **Em nível operacional:** são responsáveis pela execução dos processos de GD, sendo representadas pelos ARQ-REI, Arquivos Centrais e Arquivos Setoriais.

- **Participação e envolvimento efetivo das partes interessadas:** fundamental para o sucesso e a eficácia dos processos de gestão documental. São partes interessadas na gestão documental no IFS.









STAKEHOLDERS	DESCRIÇÃO
 Cidadãos	→ Usuários finais das informações produzidas e mantidas pelo IFS, os cidadãos têm interesse em garantir que os documentos sejam adequadamente geridos para garantir transparência, acesso à informação e responsabilidade institucional.
 Setores Administrativos	→ Esses são os departamentos e unidades internas dentro do IFS que produzem e utilizam documentos em suas operações diárias. Eles estão interessados em garantir que os documentos sejam gerenciados de maneira eficiente para apoiar suas atividades.
 Servidores ou Colaboradores Temporários	→ Os funcionários e colaboradores temporários do IFS estão diretamente envolvidos na produção, uso e gestão de documentos. Eles dependem de políticas eficazes de gestão de documentos para realizar suas funções com eficiência.
 Discentes	→ Os alunos do IFS também são partes interessadas na gestão de documentos, pois dependem de informações precisas e acessíveis para apoiar seu aprendizado e pesquisa acadêmica.
 Ex-Servidores e Pensionistas	→ Essas são pessoas que anteriormente trabalharam para o IFS e podem ter interesse em acessar documentos relacionados a seus empregos passados, benefícios de pensão, etc.
 Ex-Colaboradores Temporários	→ Assim como os ex-servidores, os ex-colaboradores temporários podem ter interesse em acessar documentos relacionados ao seu tempo de trabalho no IFS.
 Pesquisadores	→ Acadêmicos, historiadores e outros pesquisadores podem depender dos documentos mantidos pelo IFS para conduzir pesquisas e estudos em uma variedade de áreas.
 Fornecedores	→ Empresas e indivíduos que fornecem bens e serviços ao IFS podem ter interesse em garantir que os documentos relacionados a contratos, transações financeiras, etc., sejam adequadamente gerenciados para evitar disputas e garantir a conformidade com os acordos.

Figura X - Partes Interessadas em Gestão Documental no IFS
Fonte: CGPA, 2024

• **Modelo de gestão documental estruturado** - o modelo baseia-se nos seguintes pilares:

- **Cultura organização** - ampla influência no modo de executar dos processos de trabalhos
- **Pessoas** que devem ser estimuladas a participarem ativamente da gestão, por meio de estratégias claras e inovadoras com o propósito de alcançar o sucesso do projeto;
- **Processo de trabalho** é essencial para a identificação do fluxo de trabalho inter-relacionados e suas possíveis melhorias, em prol da efetividade e otimização do processos;
- **Metodologia de GD** - institucionalização dos procedimentos e operações técnicas nos documentos relacionados aos arquivos correntes e intermediários;
- **Tecnologia essencial** - prepara e disponibiliza a infraestrutura necessária para prover o ambiente operacional da GD.

• **Conformidade legal**

Observância de normas e procedimentos estabelecidos por instâncias de governança e de apoio externas que regulamentam a gestão de documentos:

- Constituição Federal: A Constituição brasileira garante o direito à informação e à memória, princípios fundamentais que a gestão documental deve observar.
- Legislação arquivística: A Lei nº 8.159/1991 e outras normas regulamentam a gestão de documentos em todo o território nacional.
- Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos Atividade-meio e fim: Define a classificação dos documentos por categorias e subcategorias e o estabelece os prazos de guarda dos documentos.
- Manual de Normas e Procedimentos de Gestão Documental Internos: O IFS estabelece suas normas e procedimentos para a gestão documental, em consonância com a legislação vigente.

9.6.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Com a implementação efetiva da gestão documental no IFS, espera-se o aprimoramento de processos financeiros, operacionais e de satisfação das partes interessadas, sob as seguintes perspectivas:

- Redução do desperdício de papel, espaço físico e energia, promovendo o uso responsável, com racionalização, economia e redução dos custos institucionais;
- Facilitação do acesso à informação essencial para atividades acadêmicas, pesquisas e decisões;
- Garantia da transparência, prestação de contas e acesso à informação.

Por meio da implementação dessa política e do Programa de Gestão de Documentos, o IFS busca consolidar práticas qualificadas de gestão, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para fortalecer a governança e gestão eficaz e promover uma cultura de transparência e responsabilidade.



9.7 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO (PINTER)

Compreende-se internacionalização como um processo transversal que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares e dupla diplomação que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior, promovendo impacto positivo na produção do conhecimento e no desenvolvimento social.

Como política de gestão articulada com o PDI, a PINTER é operacionalizada por meio de programa de cooperação (ação conjunta firmada entre instituições de ensino com a finalidade de promover parcerias acadêmicas) ou de intercâmbio (programa que possibilita ao aluno vinculado a uma instituição de ensino estudar em outra, estabelecendo vínculo temporário na instituição internacional) executado através de acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente.

9.7.1 Diretrizes e objetivos para a internacionalização

São diretrizes que orientam à promoção da política de internacionalização do IFS:

- Facilitação da mobilidade internacional de pesquisadores e recepção de pesquisadores estrangeiros em áreas estratégicas;
- Apoio ao ensino e à pesquisa sobre temas internacionais e globais;
- Desenvolvimento de programas de apoio para estudantes, docentes e pesquisadores estrangeiros no IFS, visando à internacionalização e ao compartilhamento de práticas pedagógicas;
- Formalização e desenvolvimento de convênios e cooperações com instituições, universidades, agências de fomento e empresas, tanto nacionais quanto internacionais, e fortalecimento de parcerias existentes;

- Estabelecimento de convênios para colaboração acadêmica, internacionalização de currículos, mobilidade de servidores e estudantes, convite de professores estrangeiros para atividades acadêmicas, oferecimento de cursos online (MOOC) e promoção de programas de graduação conjunta e/ou dupla, além de programas conjuntos de pós-graduação;
- Promoção do ensino de línguas nos *Campi*, incluindo português para imigrantes e refugiados, destinado à comunidade interna e externa;
- Aprimoramento do relacionamento com instituições da América Latina, especialmente do MERCOSUL, e fomento da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento econômico e social da região, conforme os princípios da Constituição Federal;
- Prospecção de relações com instituições do continente africano e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e
- Articulação do posicionamento do IFS junto à Rede Federal perante organismos e fóruns internacionais.

As diretrizes para a internacionalização reforçam a missão institucional e a visão institucional e ajudam a alcançar objetivos organizacionais e de desenvolvimento sustentável (ODS) relevantes, a exemplo de: fomentar boas práticas de governança e gestão (OE05), Educação de Qualidade (ODS 4), Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16), e Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17). Essas diretrizes são orientadas para atingir os seguintes objetivos específicos:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional;
- Aumentar a visibilidade nacional e internacional do IFS;
- Mapear as ações de ensino, pesquisa e extensão que possam desencadear práticas de internacionalização no IFS;
- Estabelecer áreas prioritárias para busca de parcerias internacionais, principalmente, com instituições da América Latina e, em especial, com as do MERCOSUL, com instituições do continente africano e com instituições da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em conformidade com as diretrizes para elaboração da política de internacionalização das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, estabelecidas pelo CONIF;

- Ampliar os processos de cooperação, aumentando o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional;
- Incrementar programas de mobilidade internacional;
- Aumentar a atração de alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros;
- Incentivar o estabelecimento de acordos de dupla diplomação, em conformidade com a Resolução CS/ IFS nº 205, de 13 de julho de 2023;
- Promover a internacionalização do currículo;
- Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, espanhol e, para estrangeiros, em português como língua adicional;
- Estimular atividades de relações internacionais sintonizadas com o princípio da educação como um bem público, garantido pela Constituição, que estabelece educação pública, gratuita e de qualidade;
- Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito do IFS de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa;
- Divulgar oportunidades de eventos, cursos, bolsas, visitas técnicas e missões de âmbito internacional;
- Apoiar a realização de eventos acadêmicos de alcance internacional;
- Aperfeiçoar o processo de acolhimento do estudante estrangeiro de cursos presenciais e/ou de EaD;
- Aprimorar a atuação das secretarias de cursos e registros acadêmicos no tocante ao acompanhamento acadêmico dos estudantes em mobilidade internacional.

9.7.2 Resultados esperados com a implementação da estratégia

Alcançar esses objetivos demanda recursos variados, como orçamento do IFS, aportes de parcerias com outras instituições e de agências de fomento nacionais e internacionais, para a efetiva implementação da estratégia de internacionalização. Na figura abaixo, indicam-se resultados esperados com a implementação da estratégia de que trata a política.

▶	Equipes técnicas estruturadas e capacitadas em nível de assessoria;
▶	Acordos com instituições estrangeiras promovidos;
▶	Projetos de cooperação técnica formalizados;
▶	Atividades de mobilidade de docentes, discentes e técnicos administrativos realizadas;
▶	Intercâmbio no âmbito da pesquisa e da extensão promovidos;
▶	Portal de Ensino Profissional e Tecnológico Internacional atualizados;
▶	Prática de idiomas e de intercâmbio cultural fomentados;
▶	Interação com agências e organismos de cooperação nacionais e internacionais.

Figura x - Resultados esperados com a implementação da estratégia
 Fonte: elaboração própria (2024).



A inovação no IFS é considerada estratégia de gestão transversal a políticas acadêmicas e de gestão. Encontra-se estabelecida como Política de Inovação Tecnológica, por meio da Resolução nº 43/CS/IFS, de 07 de outubro de 2020, sendo aplicável aos *Campi* do IFS, docentes, técnicos administrativos e discentes e às partes interessadas da comunidade externa (pesquisadores, instituições e empresas).

9.8.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Inovação

As diretrizes da Política de Inovação estão intrinsecamente relacionadas a atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), à extensão tecnológica e à defesa da Propriedade Intelectual, bem como à condução desses processos no ambiente de atuação do IFS. Nesse sentido, ressaltam-se como diretrizes:

- Estímulo e apoio à constituição de alianças estratégicas e ao desenvolvimento de projetos de cooperação;
- Participação na criação e na governança de entidades gestoras de parques e pólos tecnológicos ou de redes de incubadoras de empresas em associação com outras ICTs;
- Garantia de que a defesa da propriedade intelectual promova benefícios como:
 - Desenvolvimento da relação academia / setor produtivo;
 - Geração do conhecimento, processos, produtos e serviços tecnológicos em todas as áreas do conhecimento;
 - Divulgação das atividades científicas e tecnológicas do IFS;
 - Justa recompensa financeira ao IFS e aos criadores;
- Direcionamentos gerais à condução de processos de pesquisa, inovação e extensão.

Os objetivos da Política de Inovação guardam conformidade com as finalidades, características e objetivos de que trata a lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008). Portanto, cooperam para o alcance de objetivos estratégicos, de desenvolvimento sustentável e para a efetiva entrega de valor vinculada a operacionalização de macroprocessos finalísticos e gerenciais do IFS. Nesse sentido, destacam-se como objetivos potencializados pela política:

- Desenvolver e implementar iniciativas e procedimentos para a gestão eficaz da propriedade intelectual;
- Definir e integrar ações de inovação tecnológica com os campos do saber do IFS;
- Disseminar a cultura da inovação empreendedora e a propriedade intelectual em todos os níveis de ensino, pesquisa e extensão;
- Estabelecer o processo de inovação tecnológica, incluindo criação, transferência de tecnologias, licenciamento, produção, distribuição e exploração;
- Incentivar e apoiar projetos de cooperação científica e tecnológica que gerem produtos e processos inovadores;
- Promover a criação e expansão de ambientes de inovação, como incubadoras, empresas juniores, parques tecnológicos, *startups*, *spin-offs* e aceleradoras, facilitando o acesso a esses recursos;

- Estabelecer parcerias estratégicas, buscando o financiamento junto a órgãos governamentais, empresas e outras instituições da sociedade para apoiar o desenvolvimento de projetos inovadores;
- Promover o uso compartilhado de laboratórios, instrumentos, materiais e instalações do IFS por pesquisadores e instituições externas, apoiando a pesquisa científica e tecnológica;
- Regulamentar a transferência de tecnologia e inventos oriundos de pesquisas do IFS para o setor produtivo local, nacional ou estrangeiro;
- Proporcionar apoio e incentivo aos inventores independentes, integrando-os às atividades da instituição e ao sistema produtivo;
- Oferecer mecanismos de estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, incentivando o intercâmbio de pesquisadores e atividades de ensino em temas relacionados à inovação.

9.8.2 Elementos essenciais à sistematização da estratégia de inovação

Atuação integrada das estruturas de governança e gestão - a atuação integrada das estruturas de governança e gestão da inovação no IFS, ocorre por meio de responsabilidades e atribuições formalizadas e segregadas, aplicadas ao processo decisório vinculado à estratégia.



Figura x - Estruturas de governança e Gestão da Inovação no IFS
Fonte: Dinove, 2024.

A Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINOVE) atua na gestão sistêmica, com responsabilidades de planejamento, coordenação execução e avaliação, articuladas funcionalmente com órgãos das respectivas áreas de atuação dos *Campi*. O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado à DINOVE, é o responsável por gerir e promover a Política de Inovação Tecnológica do IFS.

Instrumentos de operacionalização estabelecidos

São instrumentos de execução da política:

a) Parcerias científicas e tecnológicas: Formalizadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas, por meio de acordos, convênios e contratos;

b) Prestação de serviços tecnológicos especializados: Em atividades voltadas à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo, serão objeto de celebração de contratos específicos, com ou sem a interveniência de fundação de apoio;

c) Compartilhamento e permissão de uso da infraestrutura e capital intelectual do IFS: Compartilhamento de estruturas internas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, e por prazo determinado, nos termos do instrumento jurídico próprio;

d) Pré-incubação e incubação de empresas de base tecnológica: Pré- incubação e incubação de empresas de base tecnológica, tradicional ou mista, como atividades de empreendedorismo vinculadas ao IFS;

e) Prestação de contas: Demonstração da destinação dada a recursos públicos alocados em acordos de parceria e convênios para pesquisa, desenvolvimento, extensão e inovação observará as etapas de monitoramento e avaliação por meio de formulário de resultado; e a prestação de contas final por meio da apresentação de relatório.

9.8.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia de inovação

Com a efetiva implementação da gestão da inovação no IFS, integrada a objetivos estratégicos e a ODS ratificados pelas políticas acadêmicas e por políticas de gestão, espera-se como resultados possíveis, no ciclo do PDI 2026-2031:

- **Aumento no número de patentes** registradas pela instituição;

- **Proteção adequada dos direitos de propriedade intelectual;**
- **Alinhamento estratégico com a implementação de inovação tecnológica integrada com os campos do saber do IFS,** resultando em projetos mais coesos e estratégicos;
- **Desenvolvimento Multidisciplinar,** com colaboração efetiva entre diferentes áreas de conhecimento, promovendo inovações mais abrangentes.
- **Fortalecimento da cultura da inovação e do empreendedorismo,** a partir de capacitação e sensibilização, com a **ampliação da participação da comunidade acadêmica em atividades de inovação e empreendedorismo;**
- **Aperfeiçoamento do processo de criação e transferência de tecnologias;**
- **Facilitação do processo de inovação tecnológica,** com base na normatização de regras e procedimentos;
- **Crescimento no número de projetos de cooperação científica e tecnológica,** com oferta de novos produtos e processos inovadores;
- **Estabelecimento de parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas;**
- **Infraestrutura ampliada** com criação e expansão de incubadoras, empresas juniores, parques tecnológicos, startups, spin-offs e aceleradoras;
- **Aumento na captação de recursos de financiamento** junto a órgãos governamentais, empresas e outras instituições para projetos inovadores;
- **Acesso facilitado a pesquisa colaborativa,** com maior utilização das infraestruturas do IFS por pesquisadores internos e externos, promovendo a pesquisa colaborativa;
- **Otimização de recursos,** com o uso eficiente e compartilhado de laboratórios, equipamentos e materiais, maximizando os recursos disponíveis;
- **Maior integração de inventores independentes às atividades da instituição,** promovendo a inovação colaborativa;
- **Oferta adequada de suporte técnico e administrativo para o desenvolvimento de invenções e comercialização de produtos;**
- **Incentivos à pesquisa,** pela criação de mecanismos eficazes de estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- **Aumento no intercâmbio de pesquisadores e nas atividades de ensino relacionadas à inovação,** fortalecendo a colaboração acadêmica;

- **Promoção de transparência e *accountability*** com práticas adequadas de monitoramento, avaliação e prestação de contas de acordos de parceria e convênios;
- **Publicação de relatórios de resultado, com garantia de transparência das atividades de inovação.**



9.9 POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

As práticas de sustentabilidade no IFS foram formalmente iniciadas, por meio da Portaria nº 1.337 de 05 de junho de 2014, com o lançamento oficial do Programa Socioambiental "IFS Sustentável", marcando um compromisso significativo em prol do desenvolvimento de valores, atitudes e ações sustentáveis no ambiente institucional.

Na iminência de formalização da Política de Sustentabilidade do IFS, prevalece na entidade uma visão holística de sustentabilidade, que integra ações e iniciativas de negócios à sociedade e ao ambiente em que atua, tendo por finalidade legitimar e alinhar a missão, a visão, os valores e as práticas institucionais ambientais, sociais e econômicas, às expectativas de interesse público, no médio prazo.

Nesse contexto a política de sustentabilidade deverá ser implementada de forma articulada com as políticas acadêmicas e com outras políticas de gestão tratadas no PDI/2026-2031 e seus respectivos instrumentos de operacionalização, com destaque para programas, planos, projetos ou ações integradas.

9.9.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade no IFS tem por base os seguintes **princípios**:

- Uso sustentável dos recursos;
- Gestão responsável de resíduos;
- Ética, saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- Sustentabilidade em compras e serviços;

- Inovação, transparência e eficiência financeira;
- Redução das desigualdades; e
- Promoção da inclusão e participação ativa da comunidade acadêmica.

A sustentabilidade como prática e valor institucional, será considerada, preferencialmente, de forma integrada, em suas três dimensões, representadas na figura 17, e diretrizes singulares.

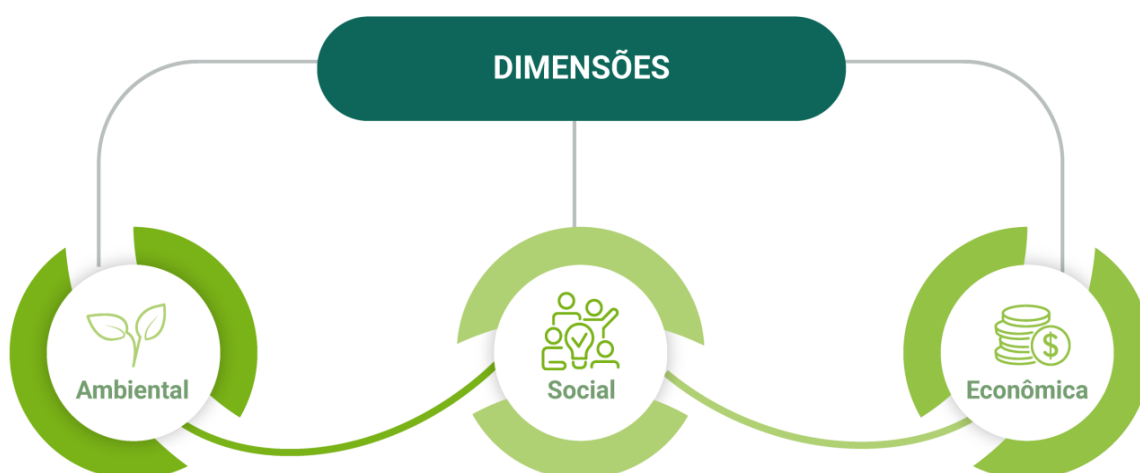


Figura 18 - Dimensões de sustentabilidade no âmbito do IFS
Fonte: Política de Sustentabilidade do IFS, 2024.

I – DIMENSÃO AMBIENTAL - foco em redução dos impactos ambientais em ações administrativas e acadêmicas, formando cidadãos conscientes de sua responsabilidade com o meio ambiente.

- Uso sustentável dos recursos naturais e bens públicos:

- Utilização de recursos de forma econômica e racional evitando o seu desperdício;
- promoção de práticas de consumo sustentável, considerando o ciclo de vida dos produtos adquiridos.

- Gestão adequada dos resíduos gerados:

- Incentivo a não produzir e a reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos e rejeitos, dispondo deles de forma adequada;
- Estímulo ao uso de tecnologias eficientes em termos socioambientais, buscando otimizar os recursos naturais.

- Licitações sustentáveis:

- Promoção da responsabilidade socioambiental nas suas compras e contratações, levando à aquisição de produtos e serviços sustentáveis para a conservação do meio ambiente e melhoria da relação custo/benefício a médio ou longo prazo.

- Qualidade de vida no ambiente de trabalho

- Promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, lastreada na valorização, na satisfação, no respeito, na ética na transparência;
- Implementação de melhorias nas condições das instalações físicas e no cuidado preventivo com a saúde e com os riscos de adoecimento relacionado ao trabalho.

- Sensibilização e capacitação:

- Desenvolvimento de uma consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores e demais colaboradores internos e externos.
- Contribuição para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, proporcionando aos servidores oportunidades para aperfeiçoar suas atitudes e desempenho.

II – DIMENSÃO SOCIAL - foco no papel da entidade na sociedade e na gestão das relações com as partes interessadas internas e externas, com adoção de medidas para reduzir as desigualdades sociais; promover o respeito às diferenças e formar valores inclusivos, garantindo a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e de orientação sexual, a valorização dos direitos humanos e a promoção da diversidade e inclusão em todas as suas atividades.

- Diálogo social e desenvolvimento territorial

- Diálogo e engajamento com o público interno e externo, acerca das práticas de desenvolvimento sustentável, incentivando a atuação como agentes de transformação social;
- Redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Integração da teoria e prática em sustentabilidade nas práticas pedagógicas;
- Criação de canais de comunicação e divulgação de resultados de pesquisa;
- Estabelecimento de parcerias, para compartilhamento de experiências com outras instituições e com redes de contato nacionais e/ou internacionais;
- Participação dos estudantes em pesquisas de sustentabilidade;

- Direitos humanos

- Respeito aos direitos humanos; prevenção e combate ao assédio; e combate ao trabalho compulsório etc;

- Diversidade, equidade e inclusão

- Fomento à inclusão social, ao voluntariado e à cultura da responsabilidade social;
- Prevenção e combate à discriminação; e
- Promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

- Relações e práticas de trabalho

- Desenvolvimento profissional - alinhamento das necessidades de desenvolvimento dos servidores, prezando pela transparência de informações.

II – DIMENSÃO ECONÔMICA - Foco na otimização do gasto público, promoção da eficiência e eficácia nos processos, e adoção de práticas de gestão responsável, com ênfase em transparência, ética, inovação e soluções sustentáveis que integrem viabilidade econômica com responsabilidade ambiental e social.

- Aprimoramento das práticas de gestão orçamentária e financeira

- Distribuição do orçamento alinhada ao planejamento estratégico
- Aperfeiçoamento no uso dos recursos e no controle de custos.

- Fortalecimento do processo institucional de tomada de decisão

- Promoção de práticas de economia, racionalização e de sustentabilidade no processo decisório;
- Promoção de práticas de integridade e anticorrupção;
- Conformidade regimental.

- Promoção de controles e de transparência na gestão

- Alinhamento com o ambiente legal e regulatório;
- Responsabilidade pela prestação de contas;
- Produção de relatórios de sustentabilidade e/ou relato integrado;
- Gestão de riscos e controles internos;
- Privacidade de dados.

Objetivos

A transversalidade da Política de Sustentabilidade do IFS às demais políticas institucionais reafirma os objetivos de sustentabilidade estabelecidos como indutores ao desenvolvimento sustentável. Essa boa prática é fortalecida pela correlação desses a macroprocessos e processos da Cadeia de Valor Integrada, a objetivos do

mapa estratégico do IFS e a ODS ratificados na estratégia institucional, na forma expressa na Tabela “Objetivos da Política de Sustentabilidade integrados à gestão da estratégia institucional”:

Macroprocessos CVI 1.1 a 1.5 (gerenciais) / 2.1 a 2.5 - finalísticos / 3.1 a 3.8 - suporte. Processos correlatos às dimensões de sustentabilidade: ambiental social e econômica.	
Objetivos	OE-RS1 a RS4 / OE-PI1 a PI3 / OE-PR1 a PR6 (ver mapa estratégico)
	ODS 01 a ODS 17 (ver mapa estratégico)
	Sustentabilidade <ul style="list-style-type: none">- Implementar uma cultura organizacional focada na sustentabilidade- Adotar práticas que promovam a preservação ambiental e a eficiência nos processos- Divulgar boas práticas sustentáveis entre os Campi, a reitoria do IFS, as Pró-reitorias e outras instituições;- Capacitar servidores, estudantes, colaboradores e parceiros para práticas sustentáveis- Alinhar ações e metas institucionais com os ODS da ONU, integrando-se aos esforços globais de sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 03, 04, 05, 07, 09, 10, 11, 12, 15, 16, 17.

Tabela x - Objetivos da Política de Sustentabilidade integrados à gestão da estratégia institucional
Fonte: elaboração própria (2024).

9.9.2 Elementos essenciais à sistematização da sustentabilidade institucional

Destacam-se a seguir, os principais insumos à sistematização da prática de sustentabilidade como política institucional.

● Estruturas de governança e de gestão constituídas

Atuam na governança: O Conselho Superior (CS), o CGIRC ou colegiado de equivalente; e núcleos que operam como apoio sistêmico.

Atuam na gestão: Pró-reitorias, diretorias sistêmicas e *Campi*, respondem pela implementação (planejamento, gerenciamento, desenvolvimento e monitoramento) das práticas de sustentabilidade, no seu âmbito de atuação.



Figura x - Estruturas de governança e de gestão da sustentabilidade no IFS
 Fonte: Adaptado da Política de Sustentabilidade do IFS (2025)

● **Sensibilização e capacitação**

Iniciativas de sensibilização e capacitação afetas às temáticas: sustentabilidade ambiental, social e econômica que devem integrar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFS.

● **Processos e instrumentos de operacionalização:**

A operacionalização da sustentabilidade abrange processos de governança, que respondem por formalizar normas e procedimentos e supervisionar práticas; e processos de gestão que compreendem o planejamento, gerenciamento, desenvolvimento e monitoramento das iniciativas, no âmbito de atuação da reitoria e dos *Campi*.

São exemplos de instrumentos de operacionalização da estratégia de sustentabilidade: programas, projetos, planos e práticas integradas no âmbito de atuação das pró-reitorias, diretorias sistêmicas e *Campi*.

Sustentabilidade ambiental

- Programa de Integridade IFS/Programa de Prevenção e Combate à Corrupção
- Plano Diretor de Logística Sustentável ([Portaria nº 642/2024](#))
- Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de vida dos Servidores (Bem-me-quer)
- Programa de Acolhimento aos servidores ingressantes do IFS - PASIFS
- Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

Sustentabilidade Social

- Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual (Lei 14.540/2023, Art. 4º)
- Programa Mulher, Gênero e Feminismo na Ciência – Mulher na Ciência
- Programa de Popularização da Ciência - Popular IFS
- Programa Institucional de Pesquisa e Extensão em Ações Afirmativas
- Política de Diversidade e Inclusão
- Programa de Integridade IFS/Programa de Prevenção e Combate à Corrupção

Sustentabilidade Econômico-Financeira

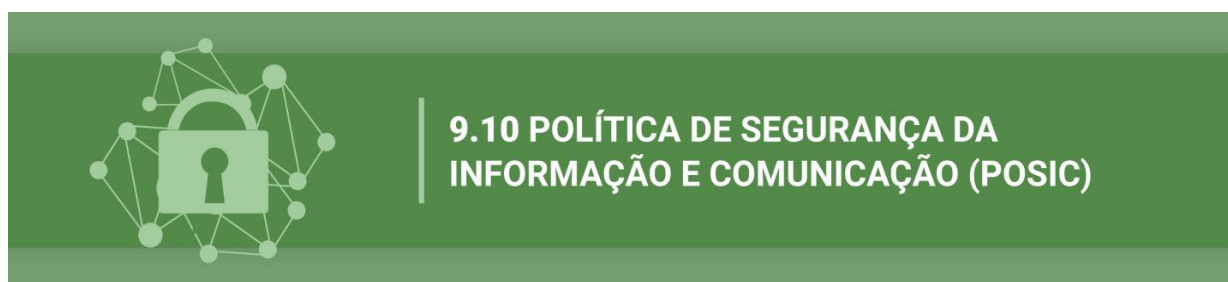
- Plano de Gestão Orçamentária e Financeira ou equivalente
- Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva
- Plano anual de Contratação

9.9.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia, por dimensão:

A integração da política de sustentabilidade do IFS às demais políticas de gestão, levando em conta os eixos temáticos em suas diferentes dimensões, contribui para um IFS mais sustentável, eficiente e socialmente responsável, promovendo um ambiente educacional mais saudável e inclusivo. Na Tabela “Resultados esperados com a implementação da estratégia de Sustentabilidade” são apresentados benefícios esperados com a sua adoção na forma integrada.

EIXO	RESULTADOS ESPERADOS
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Redução significativa do desperdício de recursos; - Implementação de práticas de consumo sustentável; - Diminuição da produção de resíduos e melhoria na disposição adequada de resíduos; - Aumento da reciclagem e reutilização de materiais; - Aquisição de produtos e serviços com melhor custo/benefício a longo prazo; - Maior responsabilidade socioambiental nas compras e contratações; - Melhorias nas condições físicas e de saúde no ambiente de trabalho; - Aumento na satisfação e bem-estar dos servidores; - Desenvolvimento de uma consciência cidadã e socioambiental; - Aprimoramento das competências e desempenho dos servidores e colaboradores em geral.
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Maior engajamento da comunidade acadêmica em práticas sustentáveis; - Redução das desigualdades sociais através de ações educacionais e de pesquisa; - Ampliação de parcerias nacionais e internacionais; - Integração eficaz entre teoria e prática em sustentabilidade nas atividades acadêmicas; - Respeito aos direitos humanos disseminado; - Diminuição dos casos de assédio no ambiente laboral; - Maior efetividade das práticas de inclusão social; - Prevenção eficaz contra discriminação; - Melhoria na acessibilidade para pessoas com deficiência.
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Maior racionalização e sustentabilidade nas decisões institucionais; - Implementação de práticas de integridade e anticorrupção; - Melhoria na conformidade com normas legais e regulatórias; - Melhoria da transparência institucional com a produção regular de relatórios de sustentabilidade; - Gestão de riscos e controles internos mais eficazes; - Proteção robusta da privacidade de dados.

Tabela x - Resultados esperados com a implementação da estratégia de sustentabilidade
Fonte: Adaptado do gestaopublicagov.br (2.0), 2023.



A informação é um ativo que a organização tem o dever e a responsabilidade de proteger. A disponibilidade da informação de forma completa, segura e precisa é essencial para que a organização forneça de forma eficiente os serviços. Assim, a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, aprovada pela Deliberação nº 01/2018/CGSIC/IFS, de 30/01/2018, estabelece as diretrizes para a proteção dos ativos de informação da entidade. Esse documento contém ainda direcionamentos gerais de segurança e controle de proteção da informação, objetivos e metas, que são descritos e padronizados nos processos e procedimentos de segurança da informação, ferramentas e práticas de conscientização.

9.10.1 Princípios, diretrizes e objetivos da POSIC

Princípios

São princípios norteadores da POSIC/IFS: Confidencialidade; integridade; disponibilidade; autenticidade; criticidade; não repúdio; responsabilidade; ciência; ética; legalidade e proporcionalidade.

Diretrizes

As diretrizes permeiam as práticas de gestão da informação nas múltiplas áreas de negócios, a saber:

- **Acesso à Informação** - a informação gerada, adquirida, utilizada ou armazenada pelo IFS é considerada seu patrimônio e deve ser protegida conforme normas específicas;
 - **Recursos do IFS** - os recursos do IFS são fornecidos exclusivamente para garantir o desempenho de suas atividades;
 - **Operações de Informação** - as normas para armazenamento, divulgação, reprodução, recuperação e destruição da informação serão definidas de acordo com sua classificação;
 - **Tratamento da Informação** - a informação deve ser protegida para minimizar riscos, com um sistema de classificação que considera seu valor, sensibilidade e criticidade;
 - **Gestão de Incidentes** - haverá um serviço para receber, filtrar, classificar e responder a incidentes de segurança, prevenindo ações maliciosas e identificando tendências;
- Gestão de Riscos - Um processo contínuo de Gestão de Riscos será implementado, monitorando e analisando periodicamente os riscos para garantir a segurança da informação;
- **Auditoria de Conformidade** - aspectos legais de segurança serão regularmente revisados para evitar ações penais por desconhecimento ou omissão;
 - **Controles de Acesso** - serão implementados controles para monitorar o acesso a equipamentos, documentos, suprimentos e locais, restringindo o acesso a pessoas autorizadas;
 - **Uso de E-mail** - o serviço de e-mail do IFS é um recurso para comunicação oficial e informal, sujeito a auditoria;

- **Acesso à Internet** - o acesso à Internet será monitorado e auditado, concedido a servidores para atividades do setor e a alunos para fins acadêmicos;
- **Termo de Responsabilidade e Sigilo** - documento que compromete colaboradores e prestadores de serviços com a POSIC do IFS.
- **Gestão de Continuidade** - planos de prevenção e recuperação serão implementados para garantir a continuidade dos serviços e recursos de TI, com prazos máximos de recuperação baseados na criticidade dos processos;
- **Desenvolvimento de Software** - normas específicas para o desenvolvimento de software seguro serão regulamentadas conforme a norma DSIC nº 16/IN01/DSIC/GSIPR.

Objetivos

A POSIC também estabelece objetivos específicos para a adoção da prática estratégica, integrando-a ao modelo de gestão estratégica na cadeia de valor integrada (CVI) do IFS, ao referencial estratégico, aos objetivos estratégicos, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pertinentes à entidade e a estratégia de Governo Digital (EGD 2024-2027), conforme indicados na Tabela “Objetivos da POSIC integrados à gestão estratégia institucional”:

Macroprocessos CVI 1.3 e 3.7 - Gestão da informação corporativa e gestão de tecnologia da informação. Processos correlatos - Gerenciar a segurança da informação e documentação / Gerenciar o acesso à informação e documentação / Gerenciar rede de comunicação de dados / Gerenciar serviços de TI.	
Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 04 e ODS 16.
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição / ODS 04 e ODS 05.
	OE-PR5 - ampliar a oferta de soluções digitais de forma simplificada, inclusiva e de fácil acesso, melhorando a experiência dos usuários.
	Objetivos da EGD (A Estratégia de Governo Digital (EGD) norteia as ações de todos os órgãos federais, com o objetivo de transformar o governo pelo Digital, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão).
	POSIC: Regularizar e normatizar o uso dos recursos e serviços prestados pelos setores de Tecnologia da Informação (TI) da Reitoria e de todos os campi da instituição. Visando atingir as seguintes metas: <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da segurança dos usuários online; - Melhoria da segurança dos meios de comunicação de dados; - Melhoria da segurança dos sistemas computacionais.

Tabela x - objetivos da POSIC integrados à gestão da estratégia institucional
 Fonte: DTI, 2024.

9.10.2 Elementos essenciais à sistematização de práticas integradas de SIC.

A sistematização de práticas de segurança da informação e comunicação (SIC) do IFS ocorre com sua incorporação de forma transversal ao modelo de negócio da entidade: entre os sistemas de governança, suas estruturas organizacionais, observando a segregação de função e de responsabilidades em suporte ao processo decisório; e na estrutura normativa que viabiliza os processos de operacionalização da política.

Estrutura organizacional - Na figura abaixo, são apresentadas as estruturas organizacionais envolvidas na Governança e Gestão de SIC do IFS:



Figura x - Estruturas responsáveis pelas SIC/IFS
Fonte: DTI, 2024.

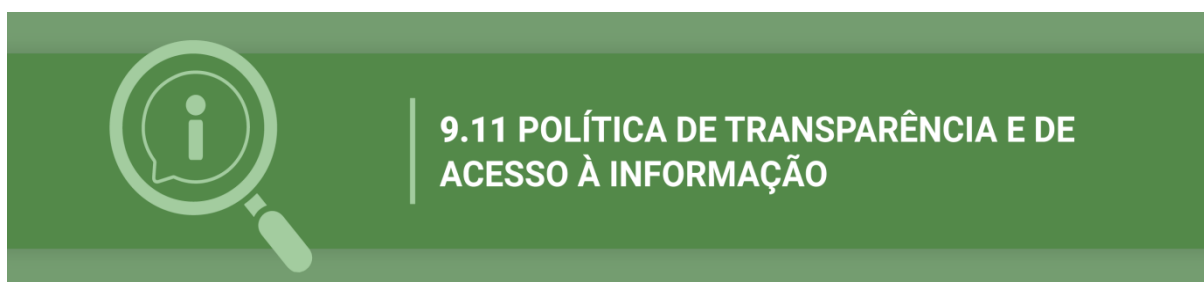
Estrutura normativa - A POSIC compõe a estrutura normativa da SIC do IFS. Em sua operacionalização observa outras políticas e instrumentos de gestão transversais, como: Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFS, Política de Continuidade de Negócios (PCN) do IFS e Manual de Gestão de Riscos IFS.

A POSIC, como principal documento norteador das práticas integradas de SIC, orienta a formalização de normas e procedimentos específicos.

- Normas de Segurança da Informação - definem obrigações e procedimentos com base nas diretrizes da Política, aplicáveis a todas as instâncias de tratamento da informação.
- Procedimentos de Segurança da Informação e Comunicação: aplicam diretamente as normas nas atividades do IFS, com o gestor de SIC responsável por sua criação. Cada procedimento pode ser detalhado em instruções.

Seguindo os princípios e diretrizes gerais da POSIC com vistas a contribuir para os objetivos e metas institucionais, encontram-se editadas políticas específicas na forma de normas complementares e procedimentos que orientarão os programas, projetos, serviços, sistemas e operações de TIC:

- Política de controle e gerenciamento de senhas;
- Política de gestão de ativos de informação;
- Política de controle de acesso do IFS;
- Política de backup e restauração dos dados, de modo a garantir segurança, integridade, disponibilidade das informações e proteção de dados;
- Política para armazenamento de arquivos digitais na rede IFS
- Política do Catálogo Padrão de Softwares;
- Regulamento da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais;
- Regulamento de uso do e-mail institucional.



A gestão da transparência e do acesso à informação no IFS é uma estratégia que visa promover práticas no âmbito da transparência ativa, transparência passiva e do acesso à informação. Sua promoção fortalece a relação da instituição com a sociedade, garantindo, respectivamente, a prestação de informações em atendimento a pedidos apresentados aos canais de comunicação oficiais da entidade, conforme prevista na lei 12.527 de 2011 e a divulgação proativa de informações de interesse público, de forma clara, objetiva e acessível, através dos seus meios públicos de

comunicação. Além disso, garante a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela organização.

A estratégia está definida no Decreto nº 11.529/2023 como política de gestão, sendo aplicável ao IFS, entidade da administração pública federal autárquica, seus princípios, diretrizes, objetivos, competências e práticas.

9.11.1 Princípios, diretrizes e objetivos da Política de Transparência e Acesso à Informação

A implementação da política como estratégia de gestão é orientada pelos seguintes princípios:

- **Observância à publicidade e ao sigilo** - a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção;
- **Atuação com ética e integridade** - conformidade com altos padrões éticos e de integridade, assegurando a veracidade e a relevância das informações divulgadas; e
- **Responsabilidade social**: reconhecimento do papel fundamental da informação na promoção do desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

São diretrizes comuns à Política de Transparência e Acesso à Informação e às políticas de dados abertos e de governo aberto, a serem observadas de forma integrada:

- Garantia de acesso irrestrito às bases de dados, as quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto;
- Descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade;
- Permissão irrestrita de reuso das bases de dados publicadas em formato aberto;
- Completude e interoperabilidade das bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar as bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada;
- Atualização periódica, de forma a garantir a perenidade dos dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e atender às necessidades de seus usuários; e

- Designação clara de responsável pela publicação, atualização, evolução e manutenção de cada base de dado aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso de dados;
- Fomento à participação social nos processos decisórios;
- Estímulo ao uso de novas tecnologias que fomentem a inovação, o fortalecimento da governança pública e o aumento da transparência e da participação social na gestão e na prestação de serviços públicos;
- Aumento dos processos de transparência, de acesso a informação e da utilização de tecnologias que subsidiem esses processos;
- Melhoria da gestão das informações disponibilizadas pela administração pública federal para a provisão mais eficaz e eficiente de serviços públicos e para a prestação de contas adequada à sociedade;
- Combate à corrupção por meio da inibição da prática de atos ilícitos na administração pública federal e de desvios de conduta de agentes públicos; e
- Respeito à proteção dos dados pessoais.

A Política de Transparência e de Acesso à Informação integra-se a outras políticas institucionais a partir de objetivos específicos correlatos. Ao potencializar objetivos estratégicos e de desenvolvimento sustentável ou macroprocessos e processos de negócios comuns a diferentes políticas de gestão, contribui de forma ampla com resultados que agregam valor para o alcance da missão e da visão da entidade. Na tabela a seguir, apresentam-se objetivos correlatos à referida política e integrados à gestão da estratégia institucional.

Macroprocessos CVI - 1,3, 1.4 e 1,5 - gestão da informação corporativa, gestão da comunicação institucional e gestão de controles e de segurança institucional, respectivamente.	
Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais / ODS 04 e ODS 16.
	OE-PR2 - promover a integração, a saúde e a qualidade de vida dos servidores / ODS 03 e ODS 05.
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição / ODS 04 e ODS 05.
	OE-RS1 - promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, observando a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade / ODS 04 e ODS 05.
	<p>ODS 04 - educação de qualidade / ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>Objetivos específicos PTAI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar a mensuração dos avanços em termos de transparência e contribuir para gestões públicas mais íntegras, responsáveis e eficazes; - Permitir a participação da sociedade na melhoria de políticas públicas; - Reduzir a assimetria de informações entre a instituição e a sociedade; - Contribuir para melhorar o acesso a serviços prestados pelo IFS; - Promover a pesquisa e geração de inovações; - Promover a conformidade de condutas, a transparência, a priorização do interesse público e uma cultura organizacional voltada à entrega de valor público à sociedade, com a implementação de programas específicos.

Tabela x - Objetivos da Política de Transparência e Acesso à Informação integrados à estratégia institucional

Fonte: Elaboração própria (2024).

9.11.2 Elementos essenciais à sistematização da política de transparência e acesso à informação

● **Engajamento e comprometimento da alta administração** - membros da alta administração (pró-reitores, diretores gerais e sistêmicos) e colaboradores em geral participativos nas atividades vinculadas à política e aos programas e planos associados.

● **Responsabilidades e atribuições definidas**

Designação formal de unidades responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação no âmbito da entidade, com definição de responsabilidade das unidades e de atribuições dos seus titulares, no âmbito de sua atuação.

● **Definição e divulgação de procedimentos e ferramentas de operacionalização da política:**

- Definição de canais de comunicação bem como divulgação de dados e informações estratégicas no site institucional para potencializar a transparência ativa, na forma de

planos de ação, relatórios de gestão, estudos técnicos e resultados de pesquisas e instrumentos afins.

- Revisão e atualização periódica das informações disponíveis no Portal da Transparência e demais canais de comunicação
- Divulgação sistema eletrônico específico para incentivo ao registro e atendimento de pedidos de acesso à informação direcionados à entidade (transparência passiva);
- Disponibilização de dados em formato aberto (*open data*), facilitando sua reutilização e promovendo a inovação e a participação cidadã

● **estruturação, execução, monitoramento e avaliação de programas e planos de gestão integrados**

- Execução e monitoramento do Programa de Integridade e do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC);
- Orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes aos Programas;
- Promoção de outras ações relacionadas à implementação do Programa de Integridade, de forma integrada, por meio de Plano de Integridade Anual;
- Avaliação de desempenho relacionado à transparência e ao acesso à informação por meio de indicadores, visando melhorias contínuas.

9.11.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia no ciclo 2026-2031

Com base nos princípios, diretrizes e objetivos vinculados à política, na tabela 12, a seguir, são exemplificados resultados potenciais decorrentes da execução de iniciativas estratégicas associadas à adoção da estratégia de transparência e de acesso à informação.

RESULTADOS ESPERADOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS
Acesso amplo e facilitado à informação	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoamento de portal de transparência e prestação de contas acessível e intuitivo, garantindo o amplo acesso da sociedade às informações e dados produzidos pela instituição; - Publicação regular e atualizada de dados e informações relevantes, sem necessidade de solicitação prévia.
Combate à corrupção	<ul style="list-style-type: none"> - Transparência nas ações e dados da instituição como forma de inibir práticas ilícitas e desvios de conduta; e criação de canais de denúncia e mecanismos de controle interno eficazes.
Qualidade e integridade das Informações	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de informações completas, autênticas e atualizadas; - Revisão e validação periódica das informações para manter a primariedade e integridade - Utilização de linguagem clara e acessível em todas as comunicações e documentos disponibilizados ao público. - Treinamento contínuo dos servidores para garantir a utilização de uma linguagem de fácil compreensão

Tabela x - Resultados esperados x iniciativas estratégicas associadas
Fonte: elaboração própria (2024)

9.12 POLÍTICA EDITORIAL

No IFS, a Política Editorial normatiza a atuação da Editora do Instituto Federal de Sergipe – EDIFS. Aprovado *Ad Referendum*, por meio da Resolução nº 236, de 8 de março de 2024, o documento dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Editoriais e estabelece diretrizes e responsabilidades adotadas pela Editora para a atuação de autores, conselheiros, pareceristas e editores.

9.12.1 Objetivos da Política Editorial (PEDIT)

A execução da política é transversal à estratégia institucional estabelecida para o ciclo 2025-2031 e potencializará a missão e visão institucionais, com a integração dos seus objetivos específicos a macroprocessos e processos da cadeia de valor integrada e a objetivos do mapa estratégico do IFS, bem como a ODS ratificados na estratégia, na forma da tabela abaixo:

Macroprocessos CVI - 1.1 e 1.4 - gestão do desenvolvimento organizacional e da inovação e gestão da informação corporativa, respectivamente.	
Objetivos	OE05 para OE-PI1 - aperfeiçoar práticas de governança e gestão, com ênfase em processos institucionais/ODS 4 e ODS 16.
	OE-PR3 - assegurar a capacitação dos servidores, visando atender as necessidades estratégicas da instituição / ODS 04.
	OE-RS1 - promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, observando a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade / ODS 04 e ODS 10.
	OE-PR6 - prover infraestrutura necessária para atendimento das demandas da comunidade acadêmica e do público externo / ODS 04 e ODS 09.
	<p>ODS 04 - educação de qualidade / ODS 09 - indústria, inovação e infraestrutura / ODS 10 - redução das desigualdades / ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>Objetivos PEDIT</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir os materiais e linhas editoriais que compõem o acervo da Editora do IFS; - Orientar a respeito dos procedimentos que integram o fluxo editorial da Editora; - Dispor sobre as regras para as publicações online e/ou impressas associadas à Editora, buscando estar em consonância com as leis que regem os direitos autorais e zelar pela integridade da Instituição; - Definir a organização interna dos Conselhos Editoriais (Pleno e Científico) e suas principais atribuições.

Tabela x - Objetivos da Política Editorial integrados à estratégia institucional
Fonte: elaboração própria (2024).

9.12.2 Elementos essenciais à sistematização da Política Editorial

A Política Editorial se aplica a todas as unidades de assessoramento da Reitoria e aos campi, alcançando, portanto, a produção cultural e científica de todo o instituto, com suporte, dentro das competências vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão. Nesse sentido, destacam-se como elementos essenciais à sua transversalidade:

● **Formalização da estratégia de prestação de serviços editoriais** - promoção dos serviços que visam apoiar a comunidade acadêmica em todas as etapas do processo editorial, desde a submissão até a publicação e disseminação das obras:

Chamada Pública - elaboração, lançamento e acompanhamento à formação de Conselhos Editoriais

Divulgação de editais para submissão de Obras - criação e divulgação de editais e monitoramento das submissões;

Revisão por Pares: distribuição de trabalhos submetidos para avaliação e coordenação do processo de revisão por pares.

Editoração: revisão de textos e diagramação das obras.

Solicitação de Identificadores: ISBN para livros e *E-books*; ISSN para periódicos; e registro autoral para obras e produtos educacionais.

Eventos de Lançamento: organização de eventos para o lançamento de obras publicadas.

Publicação de Revistas e Obras: Publicação das edições da Revista Expressão Científica (REC) no sistema OJS e disponibilização das obras no site da Editora.

Atendimento à Comunidade: Atendimento presencial e virtual para a comunidade acadêmica interna e externa.

Elaboração de Fichas Catalográficas: criação de fichas catalográficas para as obras publicadas.

Produção de Podcast: Gravação do podcast “Que livro é esse?”.

Documentação e Declarações: confecção de documentos pertinentes à EDIFS e emissão de declarações solicitadas.

Apoio à Criação de Periódicos: assistência na criação de novos periódicos.

Operacionalização de Sistemas: apoio no uso do Open Journal Systems (OJS) e Open Monograph Press (OMP);

Relatórios de Gestão: auxílio na elaboração de relatórios de gestão;

Prestação de serviços especializados - Para o ciclo 2026-2031, são serviços especializados: suprimento, insumos, peças, manutenção, atribuição de DOI, assessoria de editoração científica e ABEC.

- **Definição das linhas editoriais**

- **Divulgação Científica:** *e-books*, livros voltados para a divulgação dos resultados de pesquisas desenvolvidas em meio acadêmico, abrangendo pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses realizados pela ou na Instituição, bem como a (s) revista (s) institucional (is) elaborada para a divulgação do IFS em meio interno e externo;

- **Livros técnicos e/ou didáticos:** livros que tem por finalidade auxiliar no processo de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão;

- **Cultura Regional:** publicações que contemplem a nossa cultura, desenvolvido pelas comunidades acadêmica e administrativa institucional abordando, por exemplo, contos, poesias, romances, etc.

- **Materiais de divulgação do IFS:** jornais, boletins, informes, folders, cartilhas e outros.

- **Coleções temáticas:** cadernos e/ou coletâneas relacionadas às linhas de pesquisa dos programas de graduação e de pós-graduação.

Com base nas linhas editoriais definidas, apresenta-se na Tabela abaixo, as principais publicações estimadas para o próximo ciclo do PDI (2026-2031).

PUBLICAÇÕES	2025	2026	2027	2028	2029
Livros	30	40	50	50	50
Revistas	4	6	6	6	6
Anais	2	4	4	6	6
Cadernos de Graduação	5	6	6	9	9
Publicações Institucionais	3	3	3	3	3
Produtos de Mestrado	20	20	40	40	40
Cadernos de Pós-Graduação	2	2	2	2	2
Revista em HQ's	2	3	3	4	4

Tabela x - Publicações estimadas - ciclo 2026-2031
Fonte: DIPUB, 2024.

● **Definição de responsabilidades e atribuições**

No contexto de implantação e implementação da Política Editorial atuam as seguintes instâncias

- Conselho Superior - responde pela formalização e supervisão da política editorial;
- Diretoria de Unidades Informacionais e Publicações (DIPUB/Reitoria) - atua de forma sistêmica com assessoramento à alta administração, por meio da Editora do Instituto Federal de Sergipe - EDIFS, no que couber.
- EDIFS - atua na divulgação da produção cultural e científica de todo o Instituto, juntamente com a sua estrutura subordinada, com o propósito de prestar suporte, dentro de suas competências, ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão:
- Coordenadoria Geral da Editora do IFS – CEDIFS;
- A Divisão de Editoração – DED;
- O Conselho Editorial Pleno;
- O (s) Conselho(s) Editorial(is) Científico(s)

● **Recursos Humanos e capacitação** - quadro de pessoal diverso que atenda de forma estratégica e operacional à comunidade acadêmica do IFS, sendo composto

por bibliotecárias, colaboradores terceirizados, bolsistas *designer*, entre outros; e capacitação aplicada a produção editorial e correlatos.

- **Infraestrutura física e tecnológica** - equipamentos, mobiliário, softwares e sistemas.

- **Produção de Eventos** - lançamentos anuais de livros e publicações institucionais, lançamentos externos e ENEDIF.

9.12.3 Resultados esperados com a implementação da estratégia

A implementação da Política Editorial pode trazer os seguintes benefícios para o IFS no ciclo 2026-2031:

- Melhoria na qualidade das publicações;
- Aumento na produção acadêmica;
- Maior visibilidade e acesso ao conhecimento;
- Profissionalização dos processos editoriais;
- Apoio e engajamento da comunidade acadêmica;
- Desenvolvimento de novos projetos editoriais;
- Reconhecimento institucional; e
- Fortalecimento da infraestrutura editorial.

Pelo exposto, presume-se que na vigência deste plano, os serviços prestados pela EDIFS contribuirão, elevando a qualidade, a visibilidade e o impacto das publicações acadêmicas, de inovação e de gestão, bem como fortalecendo a infraestrutura editorial e promovendo o engajamento da comunidade acadêmica.

Acompanhe a implementação da Política Editorial, por meio dos seguintes canais:
E-mails: edifs@ifs.edu.br, ded.edifs@ifs.edu.br, dipub@ifs.edu.br; Site oficial: www.ifs.edu.br/biblioteca; Sistema de Periódicos OJS: <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/>; Instagram: @ifs.dipub.